

**Departamento de Sociologia**

**CENTROS DE ACOLHIMENTO: UMA  
TENTATIVA DE SAÍDA DA RUA?**

**Um Estudo Sobre Razões e Objectivos de Afluência das  
Crianças da Rua aos Centros de Acolhimento**

Eurice Agnela Mauluquela

Orientador:

Doutor Elísio Macamo

Professor Assistente, Universidade de Bayreuth

Co-orientador:

Doutor João Sebastião

Professor Adjunto, ESES

Maio, 2009

Somos todos pedaços (de terra) e com uma textura tão informe e diversa, que cada pedaço, em cada momento, faz o seu jogo. E encontramos em nós próprios tantas diferenças como entre nós e os outros.

Michel Montaigne, *Essais* II, 1965

...É necessário empenhamo-nos em que as nossas pesquisas, os nossos livros, as nossas exposições saibam, sem nada perder do seu rigor científico, interessar os diversos protagonistas sociais.

Michel Maffesoli, 1987

## **Agradecimentos**

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração dos meninos e meninas aqui retratados directa ou indirectamente, a quem devo imensa gratidão e respeito. Agradeço pelo tempo que dispensaram, por parte das suas vidas partilhadas, pela confiança e até pela amizade.

Agradeço aos responsáveis pelos centros, aos seus educadores e funcionários pela possibilidade que me deram de participar da vida destes centros e pela sua cooperação e disponibilidade dispensada. Sou grata a Khulima, especialmente ao coordenador do projecto das crianças da rua o Sr. Domingos, e aos seus educadores de rua que me introduziram e guiaram no “mundo da rua”. E ao senhor Rui, da Rede da Criança, pelas indicações e informações que me concedeu que foram de capital importância para a pesquisa de campo, sobretudo.

Agradeço aos Professores Elísio Macamo e João Sebastião pela orientação preciosa que me deram que permitiu o bom “parto” deste estudo.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Alice Espada pela orientação e apoio administrativo prestados, mesmo quando já não tinha que o fazer. E aos meus amigos e colegas do MEA 16, especialmente, o José Carlos e Baltazar.

## **Abstract**

This dissertation addresses the problem of children on and of the street and the movement of this social group between the streets and the sheltering centres to understand why the children go to the centres and why, having done so, some of them return to the streets. The objective was to determine how the relationships are established between the children and the centres from the point of view of their lives on the streets and in the centres. It was assumed that the reasons which attracted the children to the centres or made them leave the latter were different to those for which the centres were established and that unless the two were reconciled the children would not stay.

The objectives of the children and the centres differ. The children are motivated by the need for safety, shelter, regular food, protection and or education, the centers only offer these as part of a family or social reintegration process, which is not, in many cases, the children's objective. But, when it is, other elements such as repressive and authoritarian educational methods can drive the children away from the centers.

Key-words: *Children of the street, children on the street, Sheltering Centres, Motivation, Familiar Reintegration.*

## Resumo

Debruçámo-nos nesta dissertação, sobre a problemática da criança *da/na rua*, mais concretamente sobre o movimento que este grupo social realiza no sentido rua-centro-rua, ou seja, procuramos perceber por que as crianças recorrem aos centros e por que algumas delas, mais tarde, retornam a rua. O nosso objectivo foi de analisar, numa perspectiva fenomenológica, como se estabelecem as relações entre as crianças e os centros de acolhimentos partindo da percepção das suas vivências na rua e nos centros. Partimos do pressuposto de que os motivos que levam as crianças da rua afluírem aos centros de acolhimento diferem daqueles pelos quais aqueles foram criados e elas permaneceriam neles se e na medida em que houvesse uma conciliação entre os seus objectivos e aqueles perseguidos pelos centros.

Pudemos perceber que não há, entre as crianças estudadas e os centros, uma conciliação nos seus objectivos. Enquanto as crianças *da rua* são motivadas pela necessidade de encontrar abrigo, alimentação, educação ou protecção, os centros oferecem-nos mas integrados no processo que deve culminar com o retorno das crianças para as suas casas e comunidades de origem, a chamada reintegração familiar ou social. Um retorno que nem sempre faz parte do horizonte das crianças. E, quando o faz, o funcionamento dos centros, a relações sociais que se estabelecem, muitas vezes, caracterizadas por modos autoritários e repressivos, e a ociosidade acentuada aparecem como factores que expulsam as crianças dos centros.

Palavras-chave: *Criança da rua, Criança na rua, Centros de Acolhimento, Motivação, Reintegração Familiar.*

## **Lista de Abreviaturas**

**ARCS** – Arci-cultura e Desenvolvimento

**CVM** – Cruz Vermelha de Moçambique

**DPMAS** – Direcção Provincial da Mulher e Acção Social

**DPMCAS** – Direcção Provincial da Mulher e da Coordenação da Acção Social

**DTS** – Doença de Transmissão Sexual

**MDM** – Meninos De Moçambique

**MICAS** – Ministério da Coordenação da Acção Social

**MIMAS** – Ministério da Mulher e Acção Social

**MPF** – Ministérios de Planificação e Finanças

**ONG** – Organização Não-Governamental

**PARPA** – Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PPC** – PIB real Per Capita

**PRE/S** – Plano de Reajustamento Económico/Social

**SIDA** – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	I
<b>Abstract</b> .....	II
<b>Resumo</b> .....	III
<b>Lista de Abreviaturas</b> .....	IV
<b>Introdução</b> .....	1
1.1.Revisão Bibliográfica.....	3
1.2.O Problema.....	7
1.2.1. Criança na e da rua.....	10
<b>2. Quadro Teórico</b> .....	15
2.1. O Conceito de <b>Motivação</b> .....	24
<b>3. Sobre a Pesquisa</b> .....	27
<b>4. Explorando a Rua</b> .....	32
<b>5. O Mundo da Rua, Um Meio Instável</b> .....	41
<b>6. A Vida no Centro</b> .....	48
6.1. Os Discursos e Modos de Acolhimento.....	50
6.2. A Ocupação dos Tempos Livres.....	57
<b>7. O Retorno à Casa</b> .....	62
<b>Considerações Finais</b> .....	72
<b>Referência Bibliográfica</b> .....	76
<b>Anexos</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

O fenómeno “Criança da rua” é visível um pouco por todo mundo (estimado em dezenas de milhões de crianças)<sup>1</sup>, principalmente nas grandes cidades do Terceiro Mundo. Várias têm sido as causas apontadas para explicar o fenómeno, entre as quais a pobreza e o êxodo rural.

Em Moçambique a criança *de rua* tornou-se visível durante década de 1980 e o conflito armado que na altura assolava o país foi apontado como sendo o principal catalisador. As crianças em situação de rua eram caracterizadas como vítimas da guerra, filhas de deslocados de guerra que fugiram das suas zonas (rurais) de residência para os centros urbanos em busca de segurança.

Segundo estatísticas do Ministério da Saúde moçambicano realizadas no final da década de 1980, havia cerca de mil crianças *da rua*, em todo país – este número incluía as que retornavam à casa a noite<sup>2</sup>. Em 1992, acrescentavam-se já cento e vinte crianças<sup>3</sup> àquele número. A variação do número de crianças da rua, ao longo do tempo, tem sido difícil de verificar pois não existe um sistema de estatísticas oficiais regular realizado sobre este grupo. Daí que não haja informação e/ou base de dados regular e os números existentes são contraditórios e/ou não abrangem todo o país.

As organizações não-governamentais (ONG) nacionais e internacionais e as associações locais obtêm estes dados no âmbito do seu trabalho diário, da necessidade de compilação de relatórios de actividades que demonstrem em termos quantitativos *o grau de cumprimento dos objectivos*. Neste âmbito, a recolha de informação fica condicionada a espaços geográficos específicos, a diversas metodologias de contagem, ao destino e/ou aplicação final dos relatórios, etc. Algumas vezes somam-se números

---

<sup>1</sup> UNICEF, 2005: 40. Em 2002, a UNICEF apontou para cem milhões de crianças da rua em 2003. Mas este número era apenas uma estimativa baseada apenas nas projecções de crescimento da população mundial e não em estatísticas reais já de si difíceis de realizar devido a factores como definição/identificação de criança da rua e a fluidez desta crianças naquele espaço.

<sup>2</sup> Scully, 2000: 4.

<sup>3</sup> Muianga, 1992: 3.



que se referem ao mesmo grupo de crianças contadas por várias organizações. Por consequência, os números são díspares.

Segundo os dados colhidos pelas organizações de apoio as crianças *da rua* e sistematizada pela Rede da Criança, em 2000 já eram mil e duzentas e cinquenta crianças em situação de rua. Este número inclui o das crianças retiradas da rua e albergadas em centros de acolhimento, que era de seiscentos e cinquenta<sup>4</sup>. Porém um estudo realizado em 1997 pela organização italiana Arci-Cultura e Desenvolvimento (tabela 1) refere que nesse ano foram registradas cerca de 2000 crianças vivendo em centros de acolhimento, incluindo os centros públicos na província de Maputo, num total de 3561 crianças em seis províncias (Maputo, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia e Nampula). Número aproximado é apresentado pela Direcção Nacional da Mulher e Coordenação da Acção Social<sup>5</sup> que aponta para 1800 crianças de rua em centros de acolhimento e 600 crianças vivendo ainda na rua.

Todavia, é baseado nestes números que foram surgindo associações e organizações não governamentais nacionais e internacionais com o intuito de prestar assistência às crianças. Essa assistência ia desde o acolhimento em centros especializados à reintegração no seio das suas famílias, passando pela assistência médica e alfabetização na rua.

O número de centros de acolhimento de crianças *da rua* também tem aumentado, mas o fenómeno tem prevalecido e, senão, aumentado – embora não tenha sido oficialmente realizado nenhum censo sobre este grupo nos últimos anos, os intervenientes têm sido unânimes em afirmar este aumento. E as crianças, longe de reintegração familiar e/ou re-socialização, têm circulado entre aqueles e a rua num movimento constante. Pretendemos, pois, neste estudo analisar este movimento de vaivém centro–rua das crianças procurando as razões nos espaços rua e centro de acolhimento.

A seguir fazemos a revisão da literatura referente ao fenómeno da criança *da rua* em Moçambique, fazendo notar o facto de maior parte daquela incidir sobre as causas que levam as crianças a saírem de casa, mais do que sobre as vivências das crianças no

---

<sup>4</sup> Informação retirada do Banco de dados da organização Rede da Criança.

<sup>5</sup> Actualmente denominada Direcção Nacional da Mulher e Acção Social.

mundo da rua e/ou nos centros. Os estudos revistos foram realizados, na sua maior parte, a partir do ano 2000. E a sua selecção deve-se ao facto dos estudos anteriores referirem a guerra civil e vaga de deslocados que a primeira causou como factor principal do fenómeno da criança *da* rua. Ora, não retirando a importância daquela como um dos factores causador da pobreza, os últimos estudos mostram, de certa forma, mais razões para a existência deste fenómeno.

Tabela 1. Distribuição de ONGs

	ONG Nacionais	ONG Religiosas e Humanitárias	ONG Estrangeiras	Nº de Crianças Atendidas
Maputo Cidade	5	4	3	1040
Maputo Província	-	10	1	931
Inhambane	-	-	1	40
Sofala	-	6	2	350
Manica	3	2	1	250
Zambézia	3	4	-	400
Nampula	3	2	1	550
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>28</b>	<b>9</b>	<b>3561</b>

Fonte: Arci-Cultura e Desenvolvimento (ARCS), 1997.

### 1.1. Revisão Bibliográfica

O fenómeno da criança da rua, em Moçambique, tem chamado a atenção tanto de académicos como da sociedade em geral. O debate tem procurado explicar as causas do fenómeno. Os estudos aqui revistos foram realizados no âmbito da investigação académica [Sales e Mause (2000) e Scully (2000)] e na perspectiva de intervenção social [MDM (2000), ARCS (1997)] e na sua maioria, fazem a análise de um ponto de vista macro-estrutural e incidem no movimento das crianças partindo de casa para a rua. Estes estudos apontam a pobreza como um factor primário que leva ao aumento do número de crianças da rua, sem deixar de referir que a pobreza actual teve como origem no passado (não distante): na guerra e na falhada solução PRE/S<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Sales e Mause (2000), Scully (2000) e Meninos de Moçambique (2000). Sobre o PRE/S vide Sogge (1997), Abrahamson e Nilsson (1998) e Hanlon (1991).

Para Sales e Maússe, por exemplo, o êxodo rural, a mudança na estrutura económica do país operada nos anos 80, levaram ao aumento do número da população urbana sem as mínimas condições de vida. Esta situação aliada a falta de emprego e ao desemprego, resultante das políticas de privatização de empresas que implicou, em alguns casos, a redução de mão-de-obra, contribuiu profundamente para a degradação das condições socioeconómicas das populações desfavorecidas e, conseqüentemente, para a degradação dos valores sociais e morais e no enfraquecimento das estruturas familiares e comunitárias<sup>7</sup>.

*“Por causa das dificuldades sócio – económicas que as famílias enfrentam nas cidades, registou-se a separação de casais e de famílias, cujas conseqüências são o surgimento de maior número de famílias centradas apenas num cônjuge”<sup>8</sup>*; o crescente número de crianças vivendo apenas com mães chefes de agregados familiares (sem nenhuma condições de sobrevivência), vivendo com avós, padrastos, madrastas e outros familiares; e registou-se, também, a falta de condições para o ingresso das crianças na escola e a falta de controlo dos filhos pelos pais. Na sequência destes problemas, que afectam principalmente as camadas mais vulneráveis que, por conseqüência, não conseguem adaptar-se a nova realidade do país, vão surgindo novos fenómenos que crescem a um ritmo muito acelerado a níveis assustadores, dentre os quais o fenómeno da “criança da/na rua”.

Em suma, para estes autores, as causas inter-relacionadas da afluência às ruas das crianças são: a) a pobreza que se traduz no baixo rendimento económico, desemprego, fome e a não satisfação das necessidades básicas; b) instabilidade familiar que leva a desintegração das famílias, cria tensões psicológicas e leva a degradação dos valores morais; c) violência doméstica; d) falta de acesso a educação; e) atractivos urbanos, e f) calamidades naturais. E o recurso a rua é, então, encarado, deste modo, como um escape a estes problemas que as crianças enfrentam no seio familiar e na sociedade em geral.

Maura Scully (2000), no seu estudo sobre as “Meninas da rua de Maputo” que se centra nas interpretações que as crianças (as meninas da rua) têm sobre a sua própria vida e suas motivações, aponta os maus – tratos, a influência de amigos (imitação), a fuga por

---

<sup>7</sup> Sales e Maússe, 2000: 4.

<sup>8</sup> Ibidem: 6.

medo de repreensão por delitos cometidos, problemas com madrastas e fracas relações com a família como motivações para a saída para a rua. Estes dois últimos elementos criam situações de pouco controle e exigências sobre as crianças sendo que ninguém presta atenção aos seus movimentos e as suas ausências (só quando se tornam prolongadas) e criam conflitos que expulsam as crianças de casa.

O inquérito realizado pela Associação Meninos de Moçambique (2000) que tinha em vista saber até que ponto as crianças da rua da cidade de Maputo têm informação sobre os riscos que correm vivendo nas condições em que se encontram e que meios de informação elas dispõem no que respeita a saúde, integração social, DTS/SIDA aponta, por sua vez, a fome (consequência da pobreza) como a causa fundamental do abandono do lar pela crianças achando que na rua *“não passarão as mesmas dificuldades que passam em casa.”* E, embora corram riscos e não consigam uma situação financeira regular, o facto de poderem alimentar-se num padrão que não possuem em casa perpetua a sua presença na rua.

O único estudo encontrado sobre os centros de acolhimento que é aqui apresentado, foi realizado pela Arci-Cultura (ARCS) e conjunto com a Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) e o Ministério da Coordenação da Acção Social<sup>9</sup> (MICAS) incide sobre os funcionários dos centros, como consequência da constatação de existência de lacunas no conhecimento que os educadores possuem sobre a criança, sobre as suas necessidades e sobre a aplicação prática dos direitos das crianças<sup>10</sup>.

O objectivo deste estudo era de identificar o grau de conhecimento do fenómeno de criança da rua entre os educadores e responsáveis dos centros e, desta forma, fornecer dados subsidiários para apoiar os programas desenvolvidos pelo Governo, Organizações Não-Governamentais nacionais e estrangeiras, instituições religiosas e outras que trabalham em projectos de atendimento às crianças da rua. Segundo o mesmo, existe entre os educadores e responsáveis dos centros de acolhimento abertos e fechados um conhecimento geral da situação da criança da rua, centrado na necessidade de satisfação das necessidades básicas das crianças e necessidades de formação profissional e ou

---

<sup>9</sup> Este último é o actual Ministério da Mulher e de Coordenação da Acção Social.

<sup>10</sup> MICAS, CVM, ARCS, 1997:5

vocacional. Mas, aqueles pouco sabem sobre as necessidades psico-afectivas das crianças.

O conhecimento disperso dos principais conceitos e metodologias de abordagem para e com a criança da rua é consequência da falta de circulação de conhecimento e, portanto, da falta de uniformização dos conteúdos de formação/capacitação dos educadores. Esta lacuna é agravada pelo facto de os adultos envolvidos na relação com as crianças estarem imbuídos de preconceitos, dificultando o estabelecimento de uma relação “positiva” com as mesmas<sup>11</sup>.

Esta pesquisa foi realizada no âmbito dos projectos sociais da ARCS. Situando, desta forma no contexto de intervenção social de colaboração da sociedade com Estado. Embora se tenha mudado de ângulo de visão e nos traga elementos sobre os centros de acolhimento, esta pesquisa pouco traz de acréscimo ao conhecimento sobre criança da rua enquanto categoria social e sobre a sua relação com este espaço social.

Podemos observar que estas pesquisas tentam, a princípio, determinar as causas originárias do fenómeno criança *da rua*. Elas têm um carácter etnográfico e procuraram explicações sobre o fenómeno apenas nos factores macroscópicos. Consideraram as crianças apenas como produto da conjuntura social política e económica que caracteriza o país caracterizando-as somente em termos de vitimização e/ou de comportamentos delinquentes, descurando o seu carácter activo e criativo enquanto actores sociais no seu dia-a-dia. Estas pesquisas reflectem, assim, um discurso redutor que, muitas vezes, justifica as práticas intervencionistas que primam pela institucionalização da criança.

Devemos dizer, porém, que não recusamos, usando as palavras de Lucchini, a existência de diversos constrangimentos que pesam sobre a criança da rua, pois estes constrangimentos têm muitas vezes consequências pesadas para as crianças e para o seu meio familiar<sup>12</sup>. Todavia, a criança da rua é também um actor social (também pensa e age de forma criativa segundo os seus interesses) e pertence a uma categoria social que não é homogénea<sup>13</sup>. Por outro lado, o processo de evasão de casa pela criança não

---

<sup>11</sup> Ibidem: 30

<sup>12</sup> Lucchini, 2000: 11.

<sup>13</sup> Por exemplo, a complexidade e a natureza progressiva do movimento para a rua é consequência de uma mistura entre efeitos limitadores do meio social e espacial, a vivencia da criança e os seus próprios

ocorre de um dia para outro e nem do mesmo modo entre rapazes e raparigas. Existe um contacto prévio com a rua que ocorre de várias formas – trabalho infantil na rua, uso da rua como espaço lúdico, por exemplo – e depende do modo como a criança percebe o risco e dos recursos de que ela dispõe para esta percepção.

Portanto, a pobreza ou a violência não são condições *sine qua non* para a fuga para a rua. A perda de referências<sup>14</sup> resultante de um acontecimento repentino como o falecimento de um ou ambos progenitores que, inter-relacionado com outros, pode constituir motivo para a saída de casa, por exemplo. O que queremos dizer é que factores como a pobreza ou fome, ou violência familiar, a degradação de valores morais, a instabilidade familiar ou outros não são, isoladamente, suficientes para explicar o fenómeno de criança da rua. Mesmo sendo um destes um elemento importante. Também *a simples adição de efeitos, próprios a cada um dos factores não faz sentido. O que liga os factores entre si, o que faz com que um factor se torne um acontecimento, se transforme em ruptura, depende do sentido que a criança e o seu meio lhe atribuem.*<sup>15</sup> Pensamos que a identificação do sentido das acções e das rupturas que a criança faz com o seu meio familiar, com a rua e/ou com o meio institucional é indispensável para a compreensão do fenómeno da criança *da rua*.

## 1.2. O Problema

As crianças da rua são alvos de estereótipos, quer sejam pelo senso comum quer por pesquisadores. Segundo os pesquisadores, as crianças são imediatistas, isto é, não perspectivam o futuro; são agressivas e rebeldes; são capazes de ser amigos como inimigos; são mentirosas como forma de defesa; são crianças que, geralmente, sofrem de distúrbios psíquicos e emocionais; são originárias de famílias desestruturadas, etc. E, segundo o senso comum, as crianças (*da rua*) são *mal – criadas, aborrecedoras, ladras, perigosas*, cuja actividade nas ruas tem como objectivo apenas *satisfazer caprichos* de criança. As crianças *da rua* são nestas tipificações associadas a criminalidade, numa

---

recursos (que diferem de uma criança para outra). O que faz com que os constrangimentos ambientais não produzam acções e reacções estandardizadas. Ibidem: 18.

<sup>14</sup> A referência está relacionada com as referências identitárias. Tem a ver com os elementos que ajudam a criança a discernir qual o seu lugar, o seu papel e a sua importância no seio da família; e, também, com as ligações afectivas que desempenham a mesma função.

<sup>15</sup> Lucchini, 2000: 18

ligação considerada inevitável resultante do preconceito que pressupõe Pobreza versus Criminalidade.<sup>16</sup>

Este preconceito vincula o pobre à predisposição para actos ilícitos e ilegais, segundo o aparato normativo da sociedade. A percepção é que o filho de pobre, com baixa instrução ou analfabeto, tem pouca ou nenhuma possibilidade de conseguir um emprego formal remunerado. Então, ele recorrerá ao roubo, por exemplo, para sobreviver. Este estigma que recai sobre o pobre resulta da dificuldade de distinguir pessoas e conjuntos no amplo contingente de pessoas vivendo em situação de pobreza<sup>17</sup> e que abrange as crianças vivendo na rua.

Ao preconceito gerador de um discurso redutor, acrescenta-se o facto de, geralmente, se pensar na infância como um momento não protagonizado do trajecto social do agente e a criança como um mero aprendiz de actor social<sup>18</sup>. Não se vê o grupo infantil, em geral, e as crianças da rua, em particular, como um grupo social específico, detentor de um conjunto complexo de práticas e representações próprias e características deste segmento do trajecto social dos indivíduos. Não se vê um grupo social que não se limita a receber valores sociais, mas que também opera, com sua criatividade, transformações nessa cultura tanto pelo modo como a interpreta e integra, como pelos efeitos que nela produz, a partir das suas práticas. Não se vê crianças que, usando as palavras de Corsaro, transformam os comportamentos, as crenças, valores, conhecimentos, disposições e pautas de conduta que recebem na sua interacção com os adultos, gerando juízos, interpretações e condutas infantis que contribuem para a configuração das formas sociais<sup>19</sup>.

É assim que, baseado no preconceito gerador de estereótipos e na visão de infância passiva, que muitos dos centros de acolhimentos (e seus funcionários de boa vontade) são disponibilizados para recolher e *recuperar* (da delinquência e da imoralidade) as crianças da rua e *oferecer-lhes* (num gesto de caridade e humanismo que devem agradecer) educação, formação e, desta forma, *uma oportunidade* (que não devem deixar passar) de reinserção social.

---

<sup>16</sup> Cezne 1992, Muianga 1992 e Sales e Maússe 2000.

<sup>17</sup> Ferreira, 1979: 52

<sup>18</sup> Saramago, 1994: 152

<sup>19</sup> Corsaro (1979), referenciado por Sarmento, 2000: 152

Apesar destes centros, muitas vezes, conseguirem a reintegração familiar bem sucedida das várias crianças acolhidas, vemos muitas vezes crianças que voltam para rua depois de uma estadia nos mesmos centros e que, posteriormente não satisfeitas com a rua, vão de centro em centro. Para entendermos este movimento pensamos que é pertinente questionar em que momento da vida na rua as crianças vão para os centros. E **quais serão as razões que levam as crianças da rua movimentarem-se, constantemente, da rua aos centros de acolhimento e destes para a rua?**

A resposta comum a esta pergunta, dada pelos intervenientes na área de apoio a criança *da rua*, é de que a fuga das crianças dos centros deve-se a necessidade que elas têm de recuperar a liberdade perdida. As crianças habituadas a viver na rua sem regras, não se acostumam às regras e horários dos centros e, portanto, vão-se embora. E também não se acostumam a escassez de dinheiro, algo que tinham com certa frequência na rua. Terá essa resposta o seu fundamento? Não será melhor antes perguntar: o que leva as crianças a albergarem-se nos centros de acolhimento? O que esperam elas encontrar nos mesmos? E, portanto, o que as leva a partir, retornando a rua? Como resposta a nossa questão de partida, formulamos as seguintes hipóteses:

- ***Os motivos que levam as crianças da rua afluírem aos centros de acolhimento são diferentes daqueles pelos quais aqueles foram criados; e***
- ***A permanência das crianças nos centros de acolhimento depende da conciliação dos seus objectivos com aqueles perseguidos pelos centros.***

O nosso objectivo, neste estudo, é analisar como se estabelecem as relações entre as crianças e os centros de acolhimentos partindo da percepção das suas vivências na rua e nos centros. Especificamente, pretendemos:

- Descrever e interpretar o modo como as crianças interagem com a rua, como tiram proveito dos recursos que ela oferece, de forma a perceber de que modo estes influenciam na decisão de recorrer aos centros;
- Perceber, a partir dos discursos das crianças, que expectativas estão na base da decisão de recorrer aos centros e como estas influenciam a sua relação e permanência nos mesmos;



- Perceber o modo de funcionamento dos centros de acolhimento, descrevendo e interpretando as relações que se estabelecem entre os funcionários/educadores sociais e as crianças de modo a perceber os motivos que levam as últimas a abandonarem os centros.

Portanto, pretendemos a trazer aqui a luz as motivações que estão por detrás das acções das crianças partindo do princípio de que estas, enquanto actores sociais, agem e interagem num mundo com significado para elas e orientam as suas acções em função dos seus interesses, dos factores do seu ambiente físico e social, recorrendo a sua criatividade e experiência adquirida na sua vivência no quotidiano.

### **1.2.1. Criança *na e da rua***

Propusemo-nos analisar o problema da criança *na/da rua*, mais concretamente o movimento rua-centro-rua. Porém, antes de tudo, faz-se mister esclarecermos o que ou quem estas crianças são. O que as distingue do resto das crianças? Dissemos, anteriormente, que a população infantil de rua não constitui uma categoria social homogénea, apresentando diversos modos de ser e estar, distinguindo as crianças em criança na rua, criança da rua, criança trabalhadora, criança mendiga e outras. Pela natureza e objectivos do nosso estudo vamos incidir sobre as crianças na e da rua.

Ao falarmos de criança, deparámo-nos com uma ideia desta que pode encerrar duas visões diferentes, uma visão subjectiva e outra objectiva. A concepção subjectiva de criança, que é construída pelos actores sociais a partir das suas vivências quotidianas, varia de sociedade para sociedade, segundo a região, grupo étnico, confissões religiosas, etc. Mas, há um elemento comum definidor que a distingue do ser adulto: é a percepção de (in)capacidades biológica e psicológica atribuídas a esta.

Deste modo, ser criança pode significar incapacidade biológica e/ou psicológica de um indivíduo, de realizar determinado tipo de actividades classificadas, sociológica e/ou legalmente, como sendo de adultos ou de “não – crianças”, e por essa razão não se deve atribuir-lhe tal responsabilidade<sup>20</sup>. Esta percepção de criança não está ligada a uma

---

<sup>20</sup> Save The Children, 2003:23

idade específica, sendo determinada por um conjunto de transformações de carácter físico e mental.

Um estudo, realizado pelo Arquivo do Património Cultural de Moçambique sobre os Direitos e Responsabilidades das crianças na província de Manica, demonstra que lá a criança é, por exemplo, vista como um ser integrado gradualmente na sociedade através de uma formação quotidiana e contínua que permitirá a sua inserção na mesma quando adulto. O estudo constatou que, a nível da comunidade, naquela região do país a criança é distinguida do adulto pelo tipo de doenças que a afectam, sobretudo as infecciosas como a varíola, o sarampo ou outras doenças consideradas como sendo próprias de crianças. Isto significa que quando a pessoa deixa de apresentar estes problemas de saúde já não é mais considerada criança<sup>21</sup>.

Geralmente, nas zonas rurais, a menina deixa de ser criança na primeira menstruação e já se encontra apta para o casamento. Em relação ao rapaz, é a capacidade para o trabalho que define a sua aptidão para o casamento, isto é, que o torna um ser adulto<sup>22</sup>. Portanto, é criança a menina ou menino que não apresentar estas aptidões. Em Inhambane, para além daquelas aptidões físicas acima referidas, regista-se um facto curioso em que o conceito de criança está relacionado com a capacidade intelectual: as pessoas portadoras de deficiência mental são consideradas crianças. Não se lhes atribui nenhuma responsabilidade e são vistas como merecedoras de protecção, independentemente da sua idade<sup>23</sup>.

A concepção objectiva (legal), ao contrário, embora possa aparecer de forma singular na legislação de cada país, apresenta um critério universalizante que é a idade, e tende a estabelecer um limite objectivo máximo de dezoito anos de idade para considerar-se um indivíduo criança, baseado nas cartas, convenções, directrizes e declarações internacionais sobre os direitos da criança. Nos Códigos Civil (1996) e Penal (1972) moçambicanos, a ideia de criança é apresentada através da noção relativa de menor de

---

<sup>21</sup> Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, 1999: 21.

<sup>22</sup> Id: 21. E Pedroso e Silva, 2003: 450. Estes últimos autores apresentam a concepção de criança no âmbito da discussão e distinção do conceito de criança nas zonas rurais e urbanas do país, num estudo das características mais marcantes da Justiça de Menores em termos de formato organizacional e desempenho, incluindo o direito processual em que se move. Este estudo insere-se num projecto mais amplo de investigação sobre os sistemas de justiça em Moçambique.

<sup>23</sup> Ministério da Mulher..., 1999: 21.

dezasseis, dezoito e vinte e um anos de idade, isto é, todo o menor de vinte e um anos de idade beneficia, pelo menos teoricamente, de uma protecção legal especial. Nesse sentido, são considerados criança os menores de vinte e um anos de idade, até a adesão à convenção sobre os direitos da criança e da carta africana sobre os direitos e bem-estar da mesma que estabelecem o limite de dezoito anos.

Assim, de acordo com a legislação moçambicana era possível conceber, objectivamente, três categorias de crianças: criança menor de dezasseis anos de idade (legalmente inimputável), criança maior de dezasseis e menor de dezoito anos (criminalmente imputável com pena diminuída e civilmente inimputável) e criança maior de dezoito anos e menor de vinte e um anos de idade (criminalmente imputável e civilmente inimputável)<sup>24</sup>. Mas com a adesão de Moçambique à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, passou-se a considerar criança o indivíduo com menos de dezoito anos. A convenção no seu artigo primeiro diz que “ *considera-se criança todo ser humano menor de dezoito anos de idade, salvo se nos termos da lei que lhe for aplicável, a maioria for atingida mais cedo*” (Ministério de Coordenação da Acção Social, 1999: art. 1). Estes elementos objectivos e legais definem o que é uma criança “normal”, em situação normal. E é a partir destes que se identificam outras crianças em situações “não – normais”. Segundo a tipologia do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<sup>25</sup> existem neste último grupo quatro categorias: crianças em situação de alto risco, crianças na rua, crianças da rua e crianças abandonadas<sup>26</sup>.

Assim, crianças *na rua* são aquelas que passam a maior parte do seu tempo na rua ou em mercados, geralmente, como crianças trabalhadoras. Elas mantêm uma forte ligação com a família, e retornam as suas casas a noite. As famílias são, usualmente pobres e altamente carenciadas; e estas crianças podem ser descritas como crianças que tiveram primariamente um envolvimento económico com a rua, talvez fazendo uma contribuição substancial para o rendimento familiar ou obtendo meios de satisfação de suas próprias necessidades, apenas. Poucas frequentam a escola regularmente, a rua costuma ser o principal local de aprendizagem<sup>27</sup>. As crianças *da rua* são aquelas que participam de modo completo da vida da rua, não apenas ao nível económico. Elas,

---

<sup>24</sup> Save The Children, 2003: 24

<sup>25</sup> UNICEF (1990), citado por Scully, 2000: 25.

<sup>26</sup> Serão apenas apresentadas as categorias *na* e *da rua*, pois julgamos as outras não pertinentes para a dissertação.

<sup>27</sup> Scully, 2000:24

geralmente, têm acesso as suas casas podendo de vez em quando visitar as suas famílias, mas a rua é a sua casa<sup>28</sup>.

Estas definições são tidas por autores como Glauser (1990), Cosgrove (1990), Lusk (1992) e Ennew (1994) como sendo não inclusivas para categorizar a realidade de cada situação. De certa forma, nós concordamos com esta crítica na medida em que, por exemplo, a definição de criança *na rua* apresenta o trabalho infantil como única porta de entrada para a rua, excluindo motivos como a imitação ou a função lúdica da rua. Todavia, no nosso entender, aquelas contêm elementos que permitem adaptá-las à realidade que se pretende observar.

Nas pesquisas acima revistas o conceito de *criança da rua* operacionalizado refere que é criança da rua, aquela (menina e menino entre cinco e os dezassete anos de idade) que vive a maior parte do seu tempo na rua fazendo dela o seu lar, o seu espaço de lazer e de trabalho. Vive nas ruas a trabalhar para o seu sustento e para ajudar no sustento da sua família extremamente pobre, voltando para casa de vez em quando, inicialmente, para gradualmente abandonar totalmente a sua família e tornar-se criança *da rua*<sup>29</sup>. Este conceito inclui ambas as categorias de crianças tratando-as como homogêneas e toma como inevitável a transição da criança da categoria *na* para *da rua*. E assume, ainda, que não existem crianças *na* ou *da rua* abaixo de cinco anos não enquadrando, desta forma, crianças que tenham nascido na rua ou que para lá vão acompanhadas por outras crianças mais velhas. Porém, contém também elementos que podem ser úteis para a observação do fenómeno.

A partir dos conceitos objectivos acima apresentados e, porque pensamos que estão incompletos para operacionalizarmos na realidade estudada, construímos aqueles que do nosso ponto de vista (apoiados por uma pesquisa prévia) estariam, relativamente, mais próximos do nosso contexto. Deste modo concebemos:

- ***Criança na rua*** como sendo aquele menino (ou menina) menor de dezoito anos, que passa maior parte do seu tempo na rua, fazendo dela o seu espaço de lazer e de

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Cezne, 1991: 10

*trabalho*<sup>30</sup>. Ela mantém uma ligação forte com a família e retorna a casa a noite. A rua não é um espaço de moradia; e,

- **Criança da rua** é aquele menino (ou menina) que participa da vida de rua de um modo completo, fazendo dela o seu lar, o seu espaço de lazer e de trabalho. Mantém uma ligação ténue com a família, retornando a casa algumas vezes ao ano ou nunca retornando. A rua é, portanto, o seu espaço de moradia.

Traçamos aqui o tipo ideal de criança *na* e *da rua* que pensamos ser relativamente mais abrangente a partir de elementos objectivos e legais que destacamos dos conceitos revistos e apoiando-nos em dados colhidos em contactos anteriores com estas categorias da população de rua. O capítulo a seguir é dedicado ao enquadramento teórico do nosso estudo e a apresentação dos conceitos-chave que norteiam o mesmo. A seguir, no terceiro capítulo, apresentamos a metodologia adoptada para a realização desta dissertação, que é seguida de quatro capítulos dedicados a apresentação, descrição e interpretação dos dados colhidos no terreno. Assim, no capítulo quatro, fazemos a descrição das categorias das crianças *da* e *na rua*, incidindo sobre os seus modos de estar na rua e relações que estabelecem entre si e com os outros utentes da rua, com o objectivo de perceber, mais adiante, se iniciam as relações com os centros de acolhimento e se há diferenças nessas relações conforme seja criança *na* ou *da rua*.

No capítulo seguinte, vemos como as condições de vida da rua e os desafios que estas colocam afectam estas duas categorias, analisando as formas de sobrevivência e procurando nelas razões de ida aos centros. Seguidamente, abordamos no capítulo seis os centros de acolhimento, analisando a forma como se processa o relacionamento entre as crianças e os educadores. Incidimos aqui sobre o tratamento prestado pelos últimos aos primeiros, analisando como os seus discursos, que traduz o que eles pensam sobre as crianças influencia este tratamento, e sobre como estes percebem e encaram o mesmo. Por fim, no capítulo sete, analisamos em que medida o objectivo último do centro, a reintegração familiar, se concilia com a decisão das crianças de saída da rua. Terminando com a apresentação das considerações finais.

---

<sup>30</sup> Aqui trabalho é entendido como actividades que permitem obter rendimento em dinheiro ou em bens, ou até contactos e relações que indirectamente lhe propiciem condições para sobreviver, que não inclui o roubo.

## 2. Quadro Teórico

Na presente dissertação pretendemos abordar, como já foi referido, o fenómeno da criança *da/na rua*. Pudemos ver, no capítulo anterior, que a tónica no estudo do fenómeno da criança *da/na rua* é colocada, quase sempre, na pobreza e seus efeitos, isto é, a criança *da/na rua* e a pobreza são abordados como fenómenos interligados.

Deste ponto de vista, a pobreza constitui o factor que leva, em primeira instância, as crianças à rua pois é ela faz com que os pais forcem os filhos a trabalhar na rua para o seu sustento e das suas famílias; é a pobreza que leva muitas famílias a desmembrarem-se com os pais cada vez mais incapazes de suportar os seus filhos; é a pobreza que tem tornado os pais cada vez mais ausentes (ocupados em encontrar formas de subsistência), que tem levado ao alcoolismo e a violência doméstica, resultando na fuga das crianças para a rua na intenção de escapar a violência e ao abuso no seio da família; portanto, a pobreza é o principal factor que leva pais a empurrarem as crianças para a vida na rua e, potencialmente, a institucionalização<sup>31</sup>. Neste capítulo começaremos por abordar, de modo geral o conceito de pobreza com o intuito de contextualizar o grupo em análise e dessa forma justificar a nossa abordagem metodológica segundo conceitos fenomenológicos.

É preciso dizer que a percepção de pobreza varia consoante as sociedades e no tempo. Não obstante, a construção de um conceito abrangente tem sido o objectivo de diversos teóricos da pobreza e do desenvolvimento. Aliás estes dois conceitos têm evoluído de forma interligada influenciando um ao outro. O conceito de pobreza foi inicialmente concebido em termos economicistas onde o rendimento era o indicador principal (tal como o conceito de desenvolvimento) para medir o acesso aos bens considerados necessários para a satisfação das necessidades básicas. A medida que o debate vai evoluindo no tempo outros indicadores têm sido incluídos na definição de pobreza e tem abrangido cada vez mais indicadores qualitativos introduzindo nela elementos de dimensão social.

---

<sup>31</sup> Gakuru, Karioki e Bikuri, 2002:37

Amartya Sen, Por exemplo, considera que a pobreza deve ser encarada como sendo a privação de potencialidades (potencialidades que uma pessoa tem, isto é, as liberdades concretas de que goza para levar a vida que valoriza) mais do que, simplesmente, como carência de rendimentos que é o critério estandardizado para identificar a pobreza. Segundo ele, a concepção de potencialidades não implica a recusa da opinião de que o baixo rendimento é, obviamente, uma das principais causas de pobreza, uma vez que a carência de rendimentos pode ser uma razão maior para a privação de potencialidades duma pessoa. Com efeito, um rendimento exíguo é uma forte condição para uma vida empobrecida<sup>32</sup>.

Porém, na carência de potencialidades (e, portanto, na pobreza efectiva) há outras influências além da pequenez do rendimento. *O que a perspectiva de potencialidades introduz, na análise da pobreza, é um acréscimo de compreensão da natureza e causas de pobreza e da privação graças ao desvio da atenção primária, deslocando-a dos meios (em particular o rendimento) para os fins que, com razão, as pessoas buscam e, conseqüentemente, para as liberdades que as habilitam a satisfazer esses fins*<sup>33</sup>.

Aquela perspectiva também não está longe da noção de pobreza humana proposta pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A pobreza (humana) é, então, definida como a negação das oportunidades e das escolhas mais elementares para uma pessoa ter uma vida longa, saudável e criativa, e beneficiar de um nível de vida adequado, de liberdade, dignidade, auto-respeito e do respeito dos outros<sup>34</sup>. Uma definição em que a pobreza aparece como o outro lado da mesma moeda do desenvolvimento humano<sup>35</sup>.

A pobreza pode, ainda, ser definida em termos absoluto ou relativo. Sendo que a pobreza absoluta se refere a uma medida absoluta das condições mínimas necessárias para a satisfação das necessidades básicas, sendo uma pessoa absolutamente pobre se o seu rendimento for inferior ao rendimento definido pela linha de privação de

---

<sup>32</sup> Sen, 1999: 101.

<sup>33</sup> Ibidem: 104

<sup>34</sup> PNUD, 1997: 17

<sup>35</sup> O desenvolvimento humano é definido em termos dum processo de alargamento das escolhas das escolhas das pessoas das pessoas, bem como da elevação do nível de bem-estar atingido. (PNUD, 1997: 13).

rendimentos (linha de pobreza)<sup>36</sup>. E a pobreza relativa diz respeito a uma comparação com a maior parte dos outros dentro da comunidade<sup>37</sup>, ou seja, aquela situação em que as pessoas possuam menos de um atributo desejado do que os outros, seja ele o rendimento, condições ou capacidade de emprego favoráveis<sup>38</sup>.

Em Moçambique a linha de pobreza está também estabelecida em 1 dólar *per capita* por dia. E a pobreza absoluta é definida como sendo a incapacidade dos indivíduos de assegurarem para si e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas como habitação, saúde, alimentação, para a sua subsistência segundo as normas da sociedade<sup>39</sup>. Este conceito está na base de definição de políticas governamentais para o combate a pobreza contidas nos planos de redução de pobreza absoluta (PARPA).

Seja qual for o conceito adoptado, as crianças *da/na rua* são pobres e, geralmente, são consideradas como fazendo parte, à semelhança dos toxicodependentes, dos sem-abrigo, mendigos, ex-reclusos, dos grupos em situação marginal, como resultado da exclusão social e pobreza que as sociedades urbanas, com os seus estilos de vida e organização, produzem e tendem a criar uma cultura de pobreza<sup>40</sup>. Elas fazem parte, portanto, dum grupo social vulnerável<sup>41</sup>. E os reflexos da reprodução da pobreza que, em parte esta representação produz, encontram-se no modo como a necessidade de sobrevivência gera orientações de vida centradas no presente e na instabilidade dos modos de vida<sup>42</sup>.

A ideia de reprodução da pobreza e de pobreza humana conduz-nos ao conceito de exclusão social que atinge grandemente aos pobres que, num efeito de espiral, muitas vezes, vão perdendo o poder e tornando-se cada vez mais incapazes de participar dos vários aspectos da vida da comunidade a que pertence. A exclusão social engloba várias

---

<sup>36</sup> Existe uma linha de pobreza para comparação internacional estabelecida em um dólar americano (dólares segundo o PIB *real per capita* de 1985) por dia e baseia-se no consumo. Nos países pobres, na sua generalidade, usam essa linha num método de pobreza quanto a alimentação definindo linhas de pobreza nacionais que indicam a insuficiência de recursos económicos para satisfazer necessidades básicas em alimentação (PNUD,1997: 13).

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> Wedderburn (1974) citado por Sen, 1999: 33.

<sup>39</sup> PARPA, 2001: 11

<sup>40</sup> Sobre cultura de pobreza, vide Lewis (1979) e Bourdieu (1993)

<sup>41</sup> Por grupo social vulnerável entende-se aquelas pessoas que são relativamente menos incapazes do que os outros de salvaguardar os seus interesses e necessidades em certas circunstâncias como a falta de estabilidade financeira, pouca saúde, desigualdade social e de género, deficiência física ou mental, orfandade, vitimização, deslocamentos devido a guerra ou outros factores (Lugalla e Kibassa, 2002:3).

<sup>42</sup> Capucha, 2005: 89.



dimensões, e pode referir-se à uma realidade processual, multidimensional (económica, social e política), de carácter cumulativo e estrutural resultante de rupturas sucessivas dos laços sociais sofridas por algumas pessoas, encerrando-as em territórios e colectivos fora dos recursos e valores dominantes da sociedade. Esta ideia de ruptura de laços faz com que se possa ser pobre e não excluído e ser-se excluído sem ser pobre.<sup>43</sup>

Estar em situação de exclusão social significa também quase sempre possuir um estatuto social desvalorizado e uma identidade negativa<sup>44</sup> que afecta, principalmente, aos pobres. Neste sentido, a exclusão social é um aspecto da pobreza quer seja relativa ou absoluta, que é caracterizada pelo não-acesso ou redução do acesso de alguns cidadãos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes numa sociedade e exprime-se de diversos modos: escassez de recursos, perda de poder e participação, carência nos mais variados domínios da vida individual, familiar e social<sup>45</sup>.

Com esta incursão por algumas das dimensões ou configurações dos conceitos de pobreza e exclusão pretendemos contextualizar criança *da/na rua* em termos de situação social global em que se inserem e a actuação dos centros de acolhimento. Porém, para o nosso estudo, não nos deteremos na discussão da abrangência ou operacionalização de cada definição dos conceitos nem enquanto factores estruturantes que constroem as acções dos grupos sociais vulneráveis dos quais fazem parte as crianças *da/na rua* e não só. Muito já se disse sobre o assunto, como vimos anteriormente.

Não analisar as crianças *da/na rua*, os seus movimentos e a sua relação em termos de pobreza, que afecta as suas famílias e a disponibilidade de recursos na rua, não significa que minimizamos esta dimensão do problema. Significa apenas que pretendemos trazer à luz outros aspectos da dinâmica da vida e do mundo da rua que possam contribuir para a compreensão deste fenómeno, além do actor social estrangido e passivo. Aliás, a realidade social é uma actividade reflexiva pois os actores sociais envolvem-se num processo de criação da realidade, quer através dos seus pensamentos quer das suas acções; a realidade social é uma realidade interactiva, não existe lá fora. A sua

---

<sup>43</sup> Ibidem: 79. A identidade negativa a que Goffman (1988) designa de estigma.

<sup>44</sup> Ibidem: 81

<sup>45</sup> Bruto da Costa, 1985: 22

existência depende da interação e da construção da realidade recíprocas por parte dos participantes<sup>46</sup>.

Neste sentido, a realidade social baseia-se numa relação dialéctica entre estruturas e actores sociais. Este quadro dialéctico nos é apresentado pela Sociologia Fenomenológica, com actores e estruturas afectando-se mutuamente. Isto é, a experiência individual no mundo da vida não se refere apenas a interacção social e, dessa forma, aos mundos da vida dos outros, mas também aos esquemas interpretativos e prescrições de conduta predefinidos<sup>47</sup>. A vida social resulta, enfim, da interacção de actores criativos (que inclui as crianças no geral e as crianças *da/na rua*, em particular), estruturas profundas e do constrangimento normativo<sup>48</sup>.

A Sociologia Fenomenológica proposta por Alfred Schutz e o conceito de Motivação, que ele considera central para a compreensão da acção humana (acção social), permite-nos fazer um enfoque sobre esse actor social criativo – neste caso, a criança *da rua* – e suas acções em termos de significado que elas têm para si. A Fenomenologia como método ou atitude surge no século XX em momento de crise: a) crise das ciências europeias no tocante ao modelo positivista da ciência que, conseqüentemente, criou b) a necessidade de buscar solução ao impasse positivista.

E a solução dar-se-ia a partir de três fontes:

- Encontrar uma ciência universal e fundamental que fosse capaz de superar o modelo da ciência reducionista. Essa ciência seria a Fenomenologia.
- Buscar um método adequado a esta nova ciência. Esse método seria o método fenomenológico.
- Descobrir a autêntica do ser, isto é, a essência<sup>49</sup>.

A Fenomenologia não recusa o valor da ciência nem intervém em seu trabalho. O que ela questiona é o pressuposto da ciência enquanto um dado objectivo que não leva em conta o sujeito epistémico<sup>50</sup>, isto é, um sujeito universal, dotado de razão e de

---

<sup>46</sup> Ferreira et al., 1995: 318.

<sup>47</sup> Ritzer, 1992: 379.

<sup>48</sup> Ferreira e tal., 1995: 318

<sup>49</sup> Soares, Edvaldo em: [www.intermega.com.br/logicaepistemologia/edvaldosoa/fenomenol.htm](http://www.intermega.com.br/logicaepistemologia/edvaldosoa/fenomenol.htm) em Abril/2007

<sup>50</sup> Idem.

propriedades universais idênticas em todos os indivíduos, em oposição aos sujeito psicológico singular, ou seja, a parte do sistema cognitivo que é de ordem do individual.

Estas propostas foram lançadas pelo que foi considerado o fundador da Fenomenologia, o filósofo Edmund Husserl. Como matemático e lógico, Husserl concebeu a Fenomenologia como método para confrontar o psicologismo na lógica. Pretendeu que Filosofia se libertasse do psicologismo, que não fosse ciência do mundo físico mas que, no entanto, utilizasse a observação e a sistematização, próprias do positivismo, no estudo de seus objectos ideais. Husserl, mais tarde, ampliou a Fenomenologia a totalidade do pensamento humano, criando com o método fenomenológico, uma Filosofia Fenomenológica<sup>51</sup>.

A meta final de Husserl era a criação de uma filosofia sem pressuposições. Isto é, uma Filosofia que descreve as estruturas da experiência tal e qual estas se apresentam à consciência, sem recorrer à teoria, dedução ou suposições procedentes de outras disciplinas como as Ciências Naturais. Seu ponto de partida irreduzível são as experiências do ser humano consciente, que vive e age em um “mundo” que ele percebe e interpreta e que faz sentido para ele. Segundo ele, as formas de consciência estão ligados ao conteúdo das experiências. Experiência é, então, a atenção dirigida para os objectos, reais ou imaginários, materiais ou ideal (noesis); e todos esses objectos são ‘intencionados’ (noema)<sup>52</sup>.

É assim que o intersubjectivo, fenomenologicamente reduzido e concretamente apreendido, é visto como uma “sociedade” de pessoas que compartilham uma vida consciente. A nossa consciência de outros ‘eus’ *“nos oferece mais do que uma duplicação do que encontramos na nossa própria consciência, pois estabelece a diferença entre ‘si próprio’ e ‘outro’, que experimentamos, e nos apresentamos, e nos apresenta as características da vida social. Resulta daí uma nova tarefa de revelar as intenções de que consiste a vida social. O fenomenologista deve examinar não só a experiência de si próprio do eu, mas também a experiência, que dela deriva, de outros eus e da sociedade”*<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Em: [www.cobra.pages.nom.br/fenomeno.html](http://www.cobra.pages.nom.br/fenomeno.html) em Abril/2007

<sup>52</sup> Wagner, 1997: 7

<sup>53</sup> Ibidem: 9

Esta meta, traçada por Husserl, tornou-se na tarefa em que Schutz se empenhou ao procurar os fundamentos fenomenológicos para a “Sociologia da Acção e Compreensão” proposta por Max Weber, criando assim a sociologia Fenomenológica. Weber insistia em que a Sociologia basicamente ocupa-se ou, pelo menos, deveria ocupar-se, do significado subjectivo da conduta social. Ele usou o termo subjectivo com mais de um sentido: designou com ele o significado que o próprio actor atribui a sua conduta e também o significado que a Sociologia imputa à conduta de um actor observado.

Para Weber, a acção é conduta humana que pode consistir em actividades físicas palpáveis, em actividades da mente, em falta de acção deliberada, ou em tolerância intencional das acções dos outros. Em todos os casos, porém, a conduta humana só é considerada acção quando e na medida em que a pessoa que age atribui à acção um significado e lhe dá uma direcção que, por sua vez pode ser compreendida como significante. Essa conduta intencionada e intencional torna-se social quando é dirigida à conduta de outros<sup>54</sup>. Relação (relacionamento) social é a conduta de diversas pessoas que, conforme um dado contexto de significado, se dirigem e orientam umas com relação a outras; existe completa e exclusivamente quando a acção social ocorre de maneira significativa previsível<sup>55</sup>.

Foi a concepção de subjectivo, importante critério na compreensão da conduta humana para Weber, que possibilitou a Schutz ver na teoria de Weber uma ponte que lhe permitiria passar do reino da Fenomenologia para o da Sociologia. Assim, orientando-se em consonância com a matriz Weberiana, ele procurou enfatizar a dimensão da sociologia enquanto uma ciência da compreensão da acção social através da investigação dos processos cognitivos do conhecimento da vida quotidiana. Entretanto não deixou de *“apontar para a especificidade dos processos de cognição característicos de outras ‘realidades’, que podem ser vivenciadas pelo homem comum na medida em que se encontra em um outro ‘nível de tensão da consciência’”*.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Ibidem: 10-11

<sup>55</sup> Rocher, 1989: 25

<sup>56</sup> Tavares, s/d: 1. Em: [www.facha.edu.br/publicações/comum/comum17/doc/schutz.doc](http://www.facha.edu.br/publicações/comum/comum17/doc/schutz.doc) em Abril/2007

No âmbito da perspectiva fenomenológica, a sociologia de Schutz prioriza as experiências do ser humano em sua acção e interpretação do “mundo da vida”, isto é, a realidade cognitiva incorporada aos processos de experiências humanas subjectivas – só entendemos a experiência humana se entendermos os seus motivos, metas, escolhas e planos que se originam da sua situação biográfica determinada<sup>57</sup>. Seu objectivo é o desenvolvimento de uma teoria subjectiva da acção humana. Onde ela é vista como processo fundamentado em funções de motivação, tais como “razões” e “objectivos”, e guiado por antecipações na forma de planeamento e projecção.

Neste sentido, não podemos compreender os actos<sup>58</sup> de outras pessoas sem conhecer *os motivos a fim de* ou *os motivos por que* desses actos. Na verdade, existem diversos graus de compreensão. Não devemos (e, mais do que isso, não podemos) captar toda a rede de motivos de outras pessoas, com os seus horizontes de planos de vida individuais, seu fundo de experiências individuais, mas as referências à situação única que a determina<sup>59</sup>.

Mas não é necessário limitar os actos humanos a um actor individual mais ou menos conhecido. Basta compreendê-los para encontrarmos motivos típicos de actores típicos, que explicam o acto típico, surgido de uma situação. Portanto, as coisas sociais só são compreendidas se puderem ser reduzidas a actividades humanas; e as actividades humanas só se tornam compreensíveis ao revelar os seus *motivos a fim de* ou *por que*.

É que os homens agem, por um lado, em função de motivações dirigidas a objectivos, que apontam para o futuro (*os motivos a fim de*). Por outro lado, os homens têm “razões” para as suas acções e preocupam-se com elas. Essas razões estão enraizadas em experiências passadas, na personalidade que um homem desenvolveu durante a sua vida (*os motivos por que*)<sup>60</sup>.

Um motivo nada mais é que um contexto de significado que aparece como razão para a conduta humana, antes de tudo para o próprio actor e, secundariamente, para o

---

<sup>57</sup> Schutz, 1954: 268.

<sup>58</sup> Os actos referem-se à actividades sociais a que Weber afirma estarem na origem de toda a acção sorte de relações sociais significativas segundo as quais os indivíduos orientam reciprocamente o seu comportamento uns com os outros (Freund, 1970: 95)

<sup>59</sup> Schutz, 1979: 176 e 177.

<sup>60</sup> Ibidem: 27.

sociólogo que observa. Ao atentar para os motivos, o sociólogo está envolvido com a interpretação através da motivação<sup>61</sup>. Os motivos *a fim de* são revelados pelo próprio actor, e o sociólogo só os pode conhecer perguntado ao primeiro sobre o significado da sua acção, como já dissemos. O *motivo por que* genuíno é acessível ao observador que o reconstrói a partir do acto realizado ou, mais precisamente, a partir do estado de coisas provocado no mundo exterior pela acção do actor, a atitude do actor em sua acção<sup>62</sup>.

Ainda, segundo Schutz, a realidade social tem um significado específico e uma estrutura de relevâncias para os seres humanos que vivem, agem e pensam dentro dele. Através de uma série de construções do senso comum, eles, previamente, seleccionaram e interpretaram esse mundo que vivenciam como a realidade das suas vidas diárias. São esses seus objectos de pensamento que determinam o seu comportamento, motivando-o<sup>63</sup>. Por isso, os objectos do pensamento construídos pelo cientista social para captar a realidade social têm de ser fundamentados nos objectos do pensamento construídos pelo senso comum dos Homens que vivem a sua vida diária dentro do seu mundo social. Assim, os construtos das Ciências Sociais são, por assim dizer, construtos do segundo grau, ou seja, construtos dos construtos feitos pelos actores no cenário social, cujo comportamento o cientista tem de observar e explicar de acordo com as regras do procedimento da sua ciência.

Schutz propõe ainda que sempre que o problema em estudo exigir, o cientista social precisa ter a possibilidade de deslocar o nível da sua pesquisa para o da actividade humana individual e onde se faz um trabalho científico esse deslocamento é sempre possível<sup>64</sup>. *A razão real disso é que não podemos lidar com fenómenos do mundo social como lidamos com os fenómenos do mundo natural... Os fenómenos sociais queremos compreender e não podemos compreendê-los de outra forma que não seja o código das motivações humanas, dos fins e meios humanos, do planeamento humano; em suma, das categorias de acção humana*<sup>65</sup>.

---

<sup>61</sup> Ibidem: 10

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Ibidem: 268.

<sup>64</sup> Ibidem: 278

<sup>65</sup> Idem.

Isto quer dizer que a acção humana é que permite explicar melhor a conduta humana, consequentemente, as relações sociais. Portanto, este paradigma interpretativo pertence à microssociologia. O que significa que o seu objecto não é a sociedade como fenómeno social total, mas sim a interacção social e a construção do sentido na vida quotidiana<sup>66</sup>.

## 2.1. O Conceito de Motivação

Foi dito que uma forma de perceber a acção humana é atentando para a motivação por detrás da mesma. E esta motivação poderá ser entendida em termos de razões e objectivos, isto é, os motivos *por que* e os motivos *a fim de*, respectivamente. A motivação humana é largamente estudada na Psicologia e é vista em termos de motivação individual. Diz-se que, há (sempre) uma orientação de condutas para uma meta (objectivo), com vista a satisfação de necessidades. Então, quaisquer que sejam os comportamentos dos indivíduos, estes andam sempre associados às motivações específicas constituídas por um conjunto de determinantes inatas ou adquiridas, fisiológicas, psicológicas ou sociais que, consciente ou inconscientemente levam o indivíduo a comportar-se de dada forma<sup>67</sup>.

Ao agir, o indivíduo é sempre movido por um complexo de motivos que interagem uns sobre os outros, de forma que, na prática, é difícil discriminar numa conduta onde acaba o inato e começa o adquirido, o que é da natureza estritamente individual ou reflexo de vivências sociais, ou ainda se as forças impulsionadoras da acção são meramente fisiológicas ou de foro psicológico<sup>68</sup>.

Apesar desta dificuldade, pretendemos conhecer aqueles motivos de natureza social e é aqui que os conceitos construídos pela Fenomenologia nos são úteis. Na abordagem dos motivos Schutz<sup>69</sup> chama atenção para o facto de o termo motivo encerrar em si dois conceitos diferentes que são correntemente confundidos ou tratados como um. Por um lado, *o motivo refere-se, do ponto de vista do actor, às experiências passadas. Essas experiências determinaram que ele agisse como agiu. Aqui, o motivado numa acção é o projecto da acção em si. Este motivo é o motivo por que.*

---

<sup>66</sup> Lucchini, 1993:75

<sup>67</sup> Abrunhosa, 1989: 170.

<sup>68</sup> Ibidem: 176.

<sup>69</sup> Schutz, 1979: 125 e 126.

Este motivo tem um significado objectivo, pois se dá somente quando a acção é realizada. Isto porque o actor, no momento em que vive a acção em curso, não tem em vista os seus *motivos por que*. Quando a acção se torna um acto, é que ele pode voltar-se para a sua acção passada, como um observador de si próprio, e investigar em que circunstâncias foi determinado que fizesse o que fez. O mesmo acontece quando o actor capta em retrospectiva as fases iniciais da sua acção ainda em curso<sup>70</sup>.

Por outro lado, o motivo pode significar um estado de coisas, o fim em função do qual a acção foi levada a cabo. Essa classe de motivos refere-se ao futuro, do ponto de vista do actor. Temos o acto projectado que será acarretado pela acção futura, a que denomina *o motivo a fim de*. O *motivo a fim de* é correntemente expresso através da sentença “porque”. O significado subjectivo – refere-se à experiência do actor que vive o processo de actividade em curso. Para ele, motivo *quer dizer o que realmente tem em vista como atribuidor de significado à sua acção em curso, e isso é sempre o motivo a fim de. Da intenção de realizar um estado de coisa projectado, atingir um objectivo preconcebido*. O *motivo a fim de* refere-se a atitude do actor que vive o processo da sua acção em curso – que só é revelada ao observador se ele pergunta qual o significado que o actor atribui à sua acção.

Chegados a este ponto, esperamos ter definido um ponto de partida para a análise das motivações e o comportamento social nelas baseado das crianças *da/na rua* sem pretender que estas sejam independentes da situação estruturante em que se encontram, apenas que elas agem e tomam decisões baseadas na compreensão imediata, do significado que atribuem as suas acções que derivam de estímulos sociais quotidianos surgidos das relações sociais imediatas que estabelecem (ou até mesmo impostas) entre si e com os outros. Portanto, um ponto de partida para perceber por que estas crianças, enquanto indivíduos pertencentes à um grupo social determinado agem de forma diferente dos restantes membros quer seja na sua comunidade partindo para a rua, quer seja na rua partindo para os centros de acolhimento ou partindo destes últimos retornando a rua.

---

<sup>70</sup> Ibidem: 126



Assim, orientando-nos pela Sociologia Fenomenológica, pretendemos analisar as experiências das crianças *na/da rua* no seu quotidiano e a sua interpretação do mundo em que vivem. Isto é, o significado que a vida na rua e nos centros de acolhimento tem para elas, olhando para a sua acção como processo fundamentado em função de motivações, tais como razões e objectivos. A criança *na/da rua* será aqui abordada em termos do actor social criador de sentido e autor de representações que se constituem em competências simbólicas que lhe permitem interagir no seu meio.

Distinguir, analiticamente, o conceito de motivação em motivos *por que* e motivos *a fim de* permite-nos evitar o equívoco para o qual Schutz chamou atenção, ao mesmo tempo que evitamos também aplicar o termo causa. Pois, no nosso entender, o conceito de causa encerra em si uma conotação determinista causa-efeito e mecânica; enquanto que os motivos *por que* e *a fim de* leva-nos a uma abordagem da acção em termos de significado que esta tem para o actor, e na melhor das hipóteses, trabalhamos com possibilidades típicas, ao invés da determinação causa-efeito. De referir que não só o indivíduo age em função dos seus motivos, como estes últimos podem surgir ou serem modificados, de forma voluntária ou imposta, no decorrer ou como resultado da interacção face a face que aquele estabelece com os outros actores sociais e com o meio social em que se insere.

### 3. Sobre a Pesquisa

A nossa pesquisa decorreu em três momentos, o primeiro dos quais foi dedicado à revisão bibliográfica geral sobre as crianças *da rua*. O segundo momento consistiu na realização do trabalho de campo e pesquisa bibliográfica sobre criança da rua em contexto moçambicano; e o último na análise dos dados recolhidos e compilação do relatório final.

Tendo adoptado a Fenomenologia como nosso referencial teórico, usamos por consequência o método fenomenológico para a realização da nossa pesquisa. Este consiste na compreensão explicativa baseada nas motivações subjacentes a acção observada. Esta compreensão é possível através da observação, descrição e interpretação acções dos actores nas relações face a face. Sendo assim, o nosso trabalho consiste, basicamente, na descrição e interpretação dos dados através da análise de conteúdo, tendo sido privilegiados os dados qualitativos que permitissem uma análise reconstrutiva pois nem sempre o actor tem consciência ou é capaz de apontar os motivos da sua acção, sobretudo os motivos *por que*. Neste sentido, só é possível, para ele fazê-lo, depois que a acção se torna um acto realizado e ele olhando para atrás, em retrospectiva, pode analisar os motivos. O que o actor tem em mente antes e durante a acção é apenas o fim que pretende alcançar<sup>71</sup>.

Portanto, o plano de levantamento de dados foi traçado com vista identificar e captar as motivações e as formas de relacionamento social que ocorrem no dia-a-dia e caracterizam as crianças abordadas tanto na rua como no centro. Os motivos das acções do grupo alvo foram por nós captados a partir da reconstituição das experiências dos sujeitos.

---

<sup>71</sup> Schutz, 1979: 126.

### **O Grupo alvo**

A nossa população é constituída pelas crianças *da rua* vivendo na rua e em centros de acolhimento na cidade de Maputo. Existem três tipos de centros de acolhimento de crianças da rua: a) *os centros fechados são aqueles em que as crianças ficam internadas, realizando um conjunto de actividades de reabilitação psicossocial e educacional, para além do apoio alimentar, material e moral;* b) *centros abertos são aqueles centros em que a criança participa dum conjunto de actividades lúdicas e educativas para a sua reabilitação psicossocial. Algumas vezes ela beneficia de apoio alimentar, material como vestuário e material didáctico. A criança passa refeições no centro e no final da tarde regressa a sua casa [ou à rua]; e os c) centros semi-fechados. Nestes, a criança tanto pode residir ou não. Ela participa em actividades lúdicas e educativas, por vezes, os não residentes têm direito a todas ou parte das refeições e regressam a casa no final da tarde*<sup>72</sup>.

Trabalhamos com uma amostra de 15 crianças até aos 18 anos de idade, vivendo de dois centros de acolhimento fechados e na rua. A abordagem destas crianças foi segundo uma amostra não-probabilística intencional na medida em que foram escolhidas em função do centro e do limite de idade e em alguns momentos, casuística. Isto porque algumas vezes falamos com quem foi mais fácil falar, dependendo do nível de abertura de cada criança, da sua cooperação e da sua disponibilidade. Estas dependiam, por sua vez, da confiança ou da personalidade da criança, da sua vontade ou dos seus afazeres que incluem as brincadeiras. Por esta razão obtivemos apenas 15 entrevistas validadas.

Embora tenham sido entrevistadas crianças de dois centros, foram observados três centros. Foram observados três de centros devido ao facto de um dos dois centros inicialmente escolhido não ter informação organizada sobre a proveniência das crianças, pelo que não foi possível identificar as crianças provenientes da rua. E como este centro acolhe crianças em várias situações sociais aquelas não se querem identificar como crianças da rua com receio de serem estigmatizadas pelas outras. Pelo que não foi cumprido o objectivo inicialmente traçado de estudar um centro de orientação laica e outro de orientação religiosa para efeitos de comparação. Recorremos, então, a um terceiro centro porém também de orientação religiosa. Todavia, mantivemos os dados

---

<sup>72</sup> DPMCA e Handicap, 2004:36

de observação e os colhidos através de entrevistas a funcionários que serviram de complemento a análise de dados dos dois centros de orientação religiosa.

### **A Observação**

O nosso trabalho de campo foi realizado em dois meses. Durante o primeiro mês foram feitos os contactos com as crianças para aproximação e conhecimento mútuo de modo a sermos aceites no seu meio, através da participação nas actividades corriqueiras dos centros. A presença de estudantes estagiários e/ou voluntários contribuiu para que fôssemos rapidamente aceites, pois éramos tomados como um deles. Estes contactos têm como objectivo ganhar a confiança das mesmas (que temos a consciência de que nunca chegará a ser total). E também serviram para a observação do meio envolvente, onde focalizamos o modo como os educadores sociais<sup>73</sup> lidam com as crianças, o modo como as últimas se comportam em relação aos regulamentos de convivência nos centros e em relação aos educadores e outros funcionários.

Os contactos na rua foram feitos com o apoio dos educadores de rua da Organização Khulima. Durante três semanas acompanhamos os educadores às visitas rotineiras aos vários focos de crianças da rua e participamos nas actividades lúdicas promovidas pela organização e nas visitas domiciliárias para reintegração familiar das crianças.

Às crianças com quem trabalhamos fomos apresentados como estudantes que acompanhavam os educadores com objectivo de conhecê-las melhor dando continuidade a um trabalho iniciado anos atrás, ao mesmo tempo que ajudávamos no trabalho diário dos educadores. Porém, ao final do dia as crianças tinham elaborado essa explicação nos seus próprios termos: éramos nada, mais nada menos do que educador estagiário à semelhança do que tinha acontecido nos centros (elas estão habituadas a presença de estagiários). O que de certa forma facilitou a realização das entrevistas, na medida em que as crianças aceitam que os educadores lhes façam perguntas que elas considerem pessoais, embora algumas vezes se reserve ao direito de não responder.

---

<sup>73</sup> O termo educador é usado em Moçambique para designar todo o indivíduo que trabalha no atendimento da criança em idade pré-escolar. Esta terminologia é alargada à pessoas que trabalham no atendimento de outros grupos de crianças como é o caso de crianças na/da rua. É assim que surge o conceito de educador social de rua ou educador de rua para designar a todos os que trabalham com a criança directamente na rua, MICAS, CVM e ARCS, 1997: 13.

Deste modo, as entrevistas, usualmente, tinham lugar a meio de uma conversa banal e espontânea.

Nesta fase a observação (directa) foi realizado o registo dos dados em diário de campo. O registo foi feito diária e sistematicamente e incluiu, entre outros, as observações, dados e informações prestados por funcionários/residentes, estagiários e voluntários ou obtidas a partir da captação de interacções verbais e não-verbais dos actores observados e destes conosco. O registo dos dados foi estruturado tendo em referência questões como quando, onde, quem, o quê, porquê e como. A observação foi uma técnica que nos permitiu o transporte da informação e uma participação das crianças que levou à produção de dados mais directa do que o que é usualmente conseguido através inquéritos ou entrevistas apenas. Estes dados foram, por vezes, usados e citados directamente na análise de dados colhidos nas entrevistas, complementando-os, outras vezes como auxílio de percepção, interpretação e/ou comparação daqueles.

Como complemento à observação directa, aplicaremos a entrevista aberta para alcançarmos os motivos da acção. Pois a primeira só nos permite observar as crianças em interacção com outras, com os responsáveis dos centros e educadores. As entrevistas iniciaram no segundo mês de contacto com aqueles grupos que se mostraram mais abertos. Usualmente, as entrevistas decorreram na forma de entrevista-conversa, permitindo-nos ir dum tema para o outro sem perder a fluidez do diálogo ou insistir e aprofundar algumas questões.

Também, foi possível através da entrevista-conversa retomar, passado algum tempo, as entrevistas interrompidas por qualquer motivo, para o aprofundamento, esclarecimento de dúvidas ou para o controle de possíveis informações contraditórias. Pois em casos que as crianças davam informações falsas, geralmente elas esqueciam-se e na segunda parte da entrevista davam novas informações. E, também, pelo facto de, no caso das crianças *da rua*, não disponibilizarem mais do que quinze minutos de atenção<sup>74</sup>. A falsa informação ou respostas monossilábicas ou incompreensíveis eram empregues quando não tinham vontade de colaborar. Nestas situações a nossa atitude foi de compreensão pois, como explica Bulgarelli, a manha de inventar histórias para esconder a realidade

---

<sup>74</sup> Este dado foi constatado em experiência anterior de pesquisa com crianças da rua.

deve ser entendida como uma forma de sobrevivência na rua, sem a qual a criança estaria vulnerável a tudo e a todos<sup>75</sup>. E dizer a verdade depende do que elas possam ganhar com isso.

As entrevistas foram realizadas na língua que convinha a criança (Português ou Changana, outras vezes alternando-as). No caso da língua Changana, posteriormente, as entrevistas foram traduzidas, por nós, para a língua Portuguesa. Recorremos em alguns casos aos educadores de rua para esclarecimento do significado de um ou outro termo da gíria específica de rua.

Com as crianças vivendo na rua, as entrevistas iniciaram na quarta semana e foram sempre realizadas em termos de entrevista-conversa. Assim o fizemos com o intuito de evitar que a crianças se sentissem interrogadas porque logo que se dão conta que se trata de uma entrevista tem a tendência de dar respostas desconexas ou, simplesmente, desviam a atenção para outra coisa ou outro assunto. Daí que os temas de entrevista eram abordados mesclados com questões rotineiras do tipo “por onde andaste ontem?”, “não te vi a semana passada, o que estava pegando?”, “como foi o final de semana?”. As respostas a estas perguntas poderiam derivar para os temas desejados por nós. Ou aproveitávamos uma pergunta colocada por elas.

As crianças vivendo nos centros são aqui tratadas por A1, A2, A3, A4, A5 e B1, B2, B3, B4, B5. E as crianças vivendo na rua são tratadas por R1, R2, R3, R4 e R5, onde as letras maiúsculas distinguem o local onde foram entrevistadas (Centro **A**, **B** ou **Rua**) e os números substituem os seus nomes conferindo-lhes o anonimato. O mesmo acontece os directores e educadores. Assim, os directores/encarregados dos centros entrevistados foram denominados de D1, D2, D3 e os educadores sociais nos centros de E1, E2, E3 e na rua de E4. A atribuição dos números obedeceu a ordem cronológica em que os sujeitos foram entrevistados. Aos dois últimos grupos foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas.

---

<sup>75</sup> Bulgarelli, 1987: 11.

#### 4. Explorando a Rua

Pudemos ver que as causas do fenómeno de crianças da rua têm sido largamente discutidas e tende-se a fixar em razões macro-sociológicas como a pobreza e exclusão social. Porém, pensamos, como também já foi dito, que estas razões não são suficientes para expulsar as crianças do seio das suas famílias. Outros factores podem existir, inerentes à rua, como laços de amizade, um grupo subcultural de estruturas de apoio, a liberdade, a rua pode significar uma estratégia inovativa de sobrevivência<sup>76</sup>.

Em outro momento – no âmbito da pesquisa para dissertação de licenciatura –, interrogamo-nos sobre que outros motivos levariam as crianças à rua, uma vez que, por um lado, nem todas as crianças pobres e/ou socialmente excluídas iam para a rua. E pudemos perceber que outros motivos existiam, para além da pobreza e da exclusão social, e podiam ser encontrados ao nível das interacções quotidianas e/ou das relações que se estabelecem ou se rompem na família como, por exemplo, a imitação de outras crianças, o contacto prévio com a rua, o desejo de posse de dinheiro, a sobrecarga de responsabilidade, a busca de novas experiências, a inconformidade às regras de convivência familiar ou a falta de referências. Isto é, há motivos que funcionam como situações de ruptura ou de estímulo que desencadeiam a acção daquelas crianças.

Por outro lado, o avanço para a rua poderia ser facilitado pelo facto de que estar na rua é para as crianças pertencentes as classes pobres uma forma de socialização. Geralmente, as crianças usam os espaços próximos da habitação convivendo com parentes e amigos da mesma idade. A proximidade permite o controle social pelos adultos, embora de forma difusa<sup>77</sup>. Este tipo de socialização é possível porque, segundo Psathas, *as classes sociais mais baixas dão mais autonomia aos filhos nas actividades fora de casa e nas actividades relacionadas com a idade*<sup>78</sup>. Isto é, a vida das famílias de classe pobre é organizada de forma menos rígida, pelo que menos exigências são feitas às crianças.

---

<sup>76</sup> Wiehler, 2002: 236.

<sup>77</sup> Sebastião, 1998: 49

<sup>78</sup> Psathas (1957) citado por Fleming, 1993: 104. Este autor realizou uma pesquisa nos Estados Unidos da América, em que a questão directriz era saber por que é que algumas famílias, numa mesma sociedade, concedem um grande grau de autonomia aos seus filhos e outras, pelo contrário, reforçam os padrões de controlo. O objectivo era saber que relação se pode estabelecer entre a autonomia concedida aos adolescentes e a classe social de pertença.

Estes padrões menos rígidos no seio daquela classe levaria a maior independência devido, não à um treino positivo para esta, mas à um maior abrandamento do controle quer nas actividades exteriores quer naquelas que se relacionam com a idade<sup>79</sup>.

Portanto, há no quotidiano uma multiplicidade de factores que podem desencadear o movimento de casa para a rua e que nos permitem perceber por que apenas algumas crianças pobres o fazem. E uma vez na rua, há também outro conjunto de factores que desencadeia o movimento para “fora” dela de retorno a casa ou em direcção a um centro de acolhimento. Neste capítulo, pretendemos descrever e interpretar o modo como as crianças *na* e *da* rua se relacionam entre si e com os outros utentes da rua e como elas agem e reagem no dia-a-dia às situações e desafios que a rua coloca e como tiram proveito dos mesmos. Ao atentarmos para estes aspectos pretendemos perceber (mais adiante) como se dá a interacção com os centros de acolhimento e por que há diferenças nessa interacção conforme sejam crianças *na* ou *da* rua.

Dissemos, anteriormente, haver diferenças no seio da população infantil de rua e estas têm origem nas razões e nos objectivos pelos quais as crianças estão na rua. Isto é, conforme o motivo, as crianças vivenciam a experiência na rua de modo diferente, sendo que umas rompem com a família e abandonam definitivamente as suas casas, vivendo dia e noite na rua (criança *da rua*), e outras estão na rua durante o dia e voltam para casa (criança *na rua*). Esta ligação com a rua também influencia o modo como elas se relacionam com aquela enquanto espaço público<sup>80</sup>, como a usam e como se relacionam com outros actores sociais nela presentes.

---

<sup>79</sup> Psathas (1957), referenciando por Fleming, 1993: 104-105

<sup>80</sup> O conceito de espaço público tem tomado várias formas umas vezes indicando lugar concreto, outras vezes um espaço simbólico ou abstracto. Neste sentido ele pode ser percebido como um espaço simbólico de reprodução de diferentes ideias e cultura, intersubjectividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e quotidianos (Serpa, 2007: 9). Esta concepção se aproxima da abordagem feita por Habermas (1978), segundo a qual o espaço público é um espaço de debate, de discussão crítica na esfera pública, de formação da opinião pública verdadeira. Existe uma outra concepção, de Bourdieu (1989), que refere o espaço público como o espaço social onde uma sociedade pode ser comparada a uma nuvem de posições relativas interligadas por sistemas móveis de relações de proximidade e de distância. Este é multidimensional (diferentes classes de agentes), é relacional (tramas de relações de afinidades e de oposição). É dinâmico, caracterizado por uma distribuição desigual de recursos a diversos níveis: económico, social, cultural e simbólico (os capitais).

Nós abordamos o conceito de espaço público enquanto referente aos lugares públicos. *Espaço que existe em oposição ao espaço privado, pessoal e íntimo. O espaço público refere-se ao espaço/mundo comum a todos* (Jovchelovitch, 2000: 49). E sua característica fundamental é o livre acesso, isto é, o acesso/uso por uns não deve impedir o acesso/uso por outros.



Assim, as crianças *na rua* tendem a fixar em pontos da cidade onde não se misturam com as crianças *da rua*, por considerarem estas últimas muito conflituosas, e raramente mudam de área. As crianças *tendem a reunir-se em grupos cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando sujeitas a uma organização que as engloba em maior ou menor medida*<sup>81</sup>. As crianças *na rua* fazem-se conhecidas dos frequentadores mais assíduos do local, onde estão como guardas, vendedores, proprietários e empregados de estabelecimentos comerciais. E a actividade explorada depende das características do local.

Entre os lugares escolhidos, estão aqueles junto aos semáforos em duas avenidas importantes que atravessam dois bairros de classe média alta no centro da cidade (Polana e Sommerchild) e os mercados na periferia da cidade. Nestas avenidas, a actividade mais explorada e lucrativa é a vigilância e/ou lavagem dos carros estacionados; quando a afluência de carros é reduzida, as crianças, entretanto, pedem esmolas aos automobilistas junto aos semáforos. A realização de pequenos serviços como a recolha de lixo nos apartamentos das redondezas, o carregamento de cestos de compras e outras bagagens constituem fonte adicional de rendimentos.

Nos mercados, as crianças *na rua* trabalham como carregadoras de mercadorias dos vendedores ou colocam-se perto do local onde ocorrerem descarga de grandes quantidades de produtos com a intenção de apanhar os produtos que caem ou até mesmo tirarem-nos furtivamente para revenderem. E prestam alguns serviços como carregamento de água (sobretudo as crianças pequenas de 6-8 anos de idade), cuidar dos bebés das vendedoras (que tem como pagamento uma refeição de pequeno-almoço ou almoço), e vão às compras dos produtos para revenda nos armazéns próximos, a pedido dos vendedores.

A realização de algumas destas actividades pressupõe a existência de um certo nível de confiança entre as partes. E as crianças têm noção disto. Assim, as crianças *na rua* têm a preocupação de manter boas relações com os outros. Sendo importante para elas a boa apresentação (embora, pobremente vestidas) e o bom comportamento. Estes são percebidos como fundamentais para a sua aceitação por parte dos outros e a continuação

---

<sup>81</sup> Goffman, 1988: 32

das boas relações, principalmente com os seus clientes/benfeitores. Se alguma delas apresentar uma aparência descuidada, é intencional. Geralmente, a má aparência consiste em aparecer com o vestuário roto ou descalças e o objectivo é apelar pela solidariedade dos transeuntes como forma de ganhar novas roupas ou um par de sapatos.

É esta preocupação que as leva a auto-diferenciarem-se das outras crianças, as *da rua*. E fazem notar isso dizendo que não dormem na rua e que quem o faz é *molwene*<sup>82</sup>. Elas afirmam veemente: *nós não somos molwenes, porque nós dormimos em casa. Nós não somos molwenes porque nunca fomos apanhar lixo para comer... nem o levamos para casa (...). Nós podemos ficar sujos quando trabalhamos, mas quando chegamos em casa tomamos banho. E, também, não ficamos sujos de borla, ficamos sujos a ganhar a vida. Molwene é aquele que não toma banho, que não come comida quente*<sup>83</sup>.

A percepção destas crianças é de que a continuidade do uso do espaço e da relação com os seus clientes/benfeitores fixos depende do comportamento e da aparência<sup>84</sup> adoptados diante do público e, então, elas manipulam-nos nesse sentido. *The strategies of identity negation imply a willingness to make significant changes in self definition in order to decrease or eliminate the negative implications of an existent identification*<sup>85</sup>. E esta é também uma das razões pelas quais elas evitam a prática do roubo e outros actos ilícitos e os locais onde estes possam ocorrer com frequência (porque quando a polícia aparece, prende a quem encontra acusando de cúmplice ou para que aquele indique os ladrões).

A prática do roubo num determinado local, implica, se descoberto, o abandono do mesmo pelo delincente e, algumas vezes, pelo grupo inteiro. A localização de um novo ‘território’ que ofereça oportunidades semelhantes não é uma tarefa fácil para elas,

<sup>82</sup> Molwene é uma designação pejorativa que se refere aos indivíduos marginais, vagabundos que inclui as crianças da rua.

<sup>83</sup> Afirmações feitas por um grupo de quatro crianças *na rua*, durante uma conversa informal.

<sup>84</sup> O conceito de aparência é usado por Erving Goffman ao apontar os elementos necessários à representação dos papéis sociais. Um dos tais elementos necessários é a fachada.

Ele definiu a fachada como sendo *a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa, com o fim de definir a situação para os que observam a representação* (Goffman, 1975: 29). A fachada é, por sua vez, constituída por um cenário e a fachada pessoal. Esta última é formada por estímulos que são a aparência e a maneira;

Maneira seriam, para ele, *os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre papel, na interacção que o actor espera desempenhar na situação que se aproxima*. E aparência seria *“os estímulos que funcionam no momento para revelar-nos o status social do actor* (ibidem:31).

<sup>85</sup> Deaux e Ethier, 1998: 308

tendo em conta que há sempre outros ocupantes com os quais é preciso disputar o espaço ou com os quais não se querem misturar.

*“Antes nós pedíamos esmola e guardávamos carros no mercado Janet. Só que lá havia molwenes grandes que nos mal- tratavam. Então, saímos de lá e fomos para a esquina da Mao T. Tung e Almícar Cabral. Ficamos lá por um tempo. Mas começou a ficar cheio de molwenes também. Eles roubavam o nosso dinheiro e às pessoas. Tivemos que sair. Foi então que viemos para esta esquina e também para a esquina da Julius Nyerere<sup>86</sup>.”*

O roubo ocorre dentro grupo e consiste, geralmente, em furtar as moedas dos companheiros mais distraídos ou um e outro brinquedo que eles tragam à rua:

*Não podemos mentir, dizer que não roubamos carvão quando estamos ali a apanhar e os cocos quando estão a descarregar. Mas não roubamos as pessoas que passam nem o dinheiro dos vendedores. Eles até costumam entregar-nos dinheiro, quinhentos... mil meticais, para irmos comprar açúcar, refrescos e outros produtos para eles<sup>87</sup>.*

As crianças *da rua* passam por outro tipo de experiências de vivência da rua, em parte derivado da sua permanência a tempo inteiro na rua, a começar pela sua adaptação a rua. Essa adaptação implica o estabelecimento e a manutenção de novas referências, com a apropriação simbólica do território, a aquisição de um novo papel, uma nova identidade. O rito de passagem a ser da rua compreende um momento de afastamento da criança da sua família; um segundo momento de transição, em que ela se encontra no limiar, em que está a perder as referências que possuía e a incorporar as novas referências que a rua oferece; e termina com a agregação à vida na rua.

Viver na rua pressupõe para qualquer criança, a descoberta de meios de conseguir rendimentos em dinheiro ou em bens e a descoberta dos pontos da cidade em que isso é, relativamente, mais fácil. Entre as crianças *da rua* a exploração das actividades depende do grau de facilidade de execução, da rapidez com que se ganha o dinheiro e da sua própria disponibilidade ou vontade para executá-las. E não se interessam em explorar o máximo de uma actividade, o que faz com que, muitas vezes, cheguem ao final do dia sem dinheiro suficiente para a compra de alimentos suficientes para saciar a fome. E várias são as vezes que dormem sem terem comido. Elas mesmas dizem: *a vida aqui na rua anima, mas é muito difícil... há dias que dormimos sem comer.* (R1, 12 anos)

---

<sup>86</sup> Extracto de uma conversa com crianças *na rua* na avenida Mao Tsé Tung em Maputo.

<sup>87</sup> Extracto de uma conversa com crianças *na rua* encontradas no mercado Adelina em Maputo.

Vigiar carros estacionados, por exemplo, é uma actividade pouco apreciada porque implica estar preso à um lugar por muito tempo. As crianças percebem como perda de oportunidades que podem estar a ocorrer em outro lugar. E também significa para elas a obediência ou submissão *àqueles que têm* (os relativamente mais ricos do que elas). Ela só é explorada com mais frequência durante a noite por crianças que se encontram na Baixa da cidade próximas aos estabelecimentos de diversão nocturna, de quinta-feira ao sábado.

Entre estes meninos, a adopção do bom comportamento e da boa aparência como característica constante, ao contrário das crianças *na rua*, geralmente não é sua preocupação. O bom comportamento só é adoptado quando lhes convém num determinado momento. Atingido o objectivo a que se propunham, aquele é abandonado. Até porque a boa aparência não é algo fácil de manter devido a falta de condições para tal, por um lado. Os lugares onde passam a noite não permitem: elas dormem na rua, pela calçada ou em edifícios degradados e abandonados; não têm onde guardar as suas roupas, ficando espalhadas pelo chão<sup>88</sup>. Poucas têm dinheiro ou pensam em comprar sabão para lavá-las, além de que lavar roupa significa ficar por perto até que elas sequem (o que só é relativamente rápido no verão) sob o risco de serem roubadas. Assim, andam vestidas sempre com as mesmas peças ou vestem todas as roupas que têm ao mesmo tempo, geralmente, duas à três mudas, para evitar que as roubem.

Este grupo de crianças não se fixa num mesmo local por muito tempo. Esta inconstância retira-lhes a preocupação de ter clientes/benfeitores fixos (embora possam existir) aos quais devam mostrar bom comportamento e boa aparência. Por outro lado, elas têm a consciência da estigmatização de que são alvo por parte do resto da sociedade. Elas sabem que nada do que fizerem poderá melhorar a sua posição em relação ao estigma. Daí que elas cuidem *de desprezar as actividades, factos e motivos incompatíveis com a versão idealizada da sua pessoa e das suas realizações*<sup>89</sup>. As crianças incorpora(ra)m o estigma social através do qual são identificadas como vagabundas, delinquentes, predispostas ao vício e a condutas altamente agressivas<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> A menos que encontrem um esconderijo secreto para guardar as roupas. Porque se forem de 'marca' (imitada), as outras crianças levarão.

<sup>89</sup> Goffman, 1975: 51

<sup>90</sup> Ferreira, 1979: 7

As crianças *da rua* são extremamente nômadas. Qualquer lugar da cidade pode ser transformado em seu espaço, a qualquer momento, se assim lhes convier ou em consequência de alguns acontecimentos, tendo como único obstáculo a polícia quando está empenhada em ‘mostrar serviço’. Principalmente, em períodos de realizações de cimeiras, conferências ou outros encontros internacionais em que se torna necessário tornar o fenómeno invisível aos visitantes. Elas exploram um espaço enquanto a sua presença for tolerada. Quando deixa de ser, elas partem sozinhas ou em companhia de um amigo ou em grupo maior. Esta relativa facilidade de locomoção é um elemento que, de certa forma, diminui os constrangimentos resultantes da prática de um roubo.

O roubo, para muitos destes meninos, aparece como mais uma oportunidade para ganhar dinheiro e não como uma prática de sobrevivência. Dissemos antes que, umas das condições para permanecer na rua é ter a capacidade de aproveitar as oportunidades. Desta forma, o roubo acontece no contexto dessas oportunidades. Pois, aprender as estratégias de sobrevivência, pela manipulação de oportunidades, para estas crianças, não se restringe à criação de alternativas que podem ser rotuladas de trabalho. Pode-se incluir também, segundo Ferreira, as actividades de delinquência que podem surgir por extensão e, mesmo por obstáculos a consecução das primeiras<sup>91</sup>.

Um dado a reter é que as crianças, que afirmaram já ter praticado o furto, fizeram-no na companhia ou incitadas por rapazes mais velhos, os jovens de rua. Isto é, o seu envolvimento com o crime é, em grande parte, devido ao maior contacto com os jovens delinquentes que frequentam os mesmos espaços. Nestes casos, as crianças são usadas por aqueles pela facilidade que têm de escapar após os roubos e pela inimizabilidade criminal de que gozam<sup>92</sup>. É nestes contactos que também se iniciam no consumo de drogas. Porém, o seu consumo é ocasional sobretudo pela despesa que representa.

Os rapazes que afirmaram consumir drogas, explicaram que o fazem quando alguém do grupo aparece com algum “charro” (uma mistura de tabaco e marijuana ou haxixe enrolado). Este consumo tem uma função lúdica; fumam para *viajar* e para se

---

<sup>91</sup> Ibidem: 56

<sup>92</sup> Quando as crianças são apanhadas pela Polícia, algumas vezes, são levadas a esquadra e podem passar lá noite varrendo e limpando as celas ou cumprindo outros castigos. Esta “noitada” constitui um correctivo, no entender da Polícia, ou uma forma de fazer com que elas denunciem os mandantes.

desinibirem e enfrentarem situações difíceis ou responderem às provocações dos transeuntes. O envolvimento em situações ilícitas também pode ser facilitado pela ausência de regras sociais que o afastamento familiar implica. As crianças, nesta situação, vão perdendo, em certa medida, os hábitos ou não possuem expectativas claras para guiar o seu comportamento. A noção do adequado ou não socialmente aceite está nublada ou, como já dissemos, depende do que e quanto esta pode render.

\* \* \*

A diferença na exploração do espaço das actividades entre as crianças *na* e *da rua* tem, no nosso entender, a ver com o motivo de permanência que: a) determina o fim a dar o dinheiro ganho. As crianças que vão para casa a noite usam o dinheiro para compra de bens de consumo que vão para além dos bens alimentares (pois, podem sempre comer em casa). Além de comprarem o lanche na escola, elas usam-no para comprar videojogos e outros brinquedos, para verem filmes e, ainda se necessário, contribuir para as despesas da família. Por isso, elas adoptam uma ‘racionalidade económica’ em relação ao fim, tentando explorar ao máximo a actividade mais lucrativa. Para as crianças que dormem na rua, o objectivo principal a alcançar com a sua actividade é ganhar dinheiro para a sua alimentação. Só depois de alcançado este objectivo e tendo dinheiro de sobra é que fazem o resto. Geralmente, o dinheiro é gasto em diversão e quando é muito é usado para comprar bens de imitação de marcas de renome, sobretudo vestuário e calçado.

E, portanto, o tipo de exploração e a escolha da actividade b) determina o modo como se relacionam com os outros utentes do espaço público. Tanto as crianças *da rua* como as crianças *na rua* apropriam-se da rua enquanto espaço público e transformam-na em seu espaço privado cobrando aos outros utentes pelo uso do mesmo. A apropriação do espaço público é um processo original pois elimina, por exemplo, a necessidade de um capital inicial para o investimento em qualquer actividade produtiva e elimina as formas intermediárias para que o ciclo económico aconteça: *o mesmo menino se apropria do espaço enquanto propriedade privada, transforma-o em fonte de renda e apropria-se da renda gerada*<sup>93</sup>. Esta privatização pressupõe um consenso por parte do público utente

---

<sup>93</sup> Ferreira, 1979: 103

do mesmo, e as crianças manipulam este consenso. A sociedade tem uma percepção estereotipada das crianças *na/da rua* que, de modo geral, as estigmatiza e, ao mesmo tempo, gera um receio das suas acções e/ou reacções quando em contacto – *a criança da rua é definida pela opinião pública como sendo desviante: ela é vítima de estruturas, mas é também delinvente e pertence a uma classe perigosa*<sup>94</sup>. Assim, aquela aceita a privatização como meio de evitar, no seu entender, um confronto traduzido em acções agressivas ou actos ilícitos.

As crianças têm a consciência deste facto e tiram proveito dele, explorando o medo dos transeuntes. Contudo, entre as crianças *na rua* existe a tendência de se livrar deste estigma através da adopção de condutas e aparências supostamente socialmente aceites de modo a escaparem da homogeneização que se faz do espaço rua e para serem vistas como ‘crianças normais’. De modo nenhum se consideram semelhantes ou próximas as crianças *da rua*. Estas últimas, pelo contrário, usam este estigma a seu favor como uma técnica para impressionar os mais susceptíveis. As manipulações são recorrentes e não se limitam a imagem. Também ocorrem ao nível identitário: *a mesma criança pode apresentar-se como sendo uma criança da rua quando está em presença de um jornalista ou de educador de rua ou de um investigador que se inicia na sua pesquisa. Contudo, ela pode negar esta identidade quando está na presença da mãe ou num contexto institucional ou com o investigador que já se transformou em “companheiro-confidente”*. É uma manipulação utilitária que serve interesses a curto prazo<sup>95</sup>.

Vimos neste capítulo, que a diferença entre as crianças *na* e *da rua* está além da diferença no tempo de permanência (durante o dia ou a tempo inteiro) na rua. Ela encontra-se em toda uma forma de ser e estar na rua. É verdade, contudo, que o tempo ou regime de permanência na rua coloca necessidades diferentes entre as crianças, em termos de sobrevivência que impõem formas diferentes de explorar os meios existentes para as suprir.

---

<sup>94</sup> Lucchini, 1997: 26

<sup>95</sup> Ibidem: 27

## 5. O Mundo da Rua, um Meio Instável

Começamos por perceber as relações que as crianças estabelecem na rua, como é que elas, no contexto dessas relações, exploram a rua no dia-a-dia. Vimos que a rua tanto pode ser gratificante como pode comportar riscos. No presente capítulo, vamos descrever como estes dois aspectos da vida na rua ocorrem e como as crianças lidam com os mesmos. E, a partir daí, perceber quais os factores que as levam a procurar os centros de acolhimento (os motivos *por que*) e o que elas esperam encontrar nos mesmos (os motivos *a fim de*).

Dissemos, antes, que as crianças mudam constantemente de lugar de “residência”. Algumas vezes em fuga em consequência de um furto praticado, outras vezes devido a conflitos entre elas, por esgotamento de recursos, por simples vontade de mudar ou para rever um amigo noutra ponto da cidade. Várias foram as vezes que tivemos, durante a pesquisa sobre os motivos de ida para a rua (e durante a actual pesquisa), de procurar por toda a cidade uma criança *da rua* com quem tivéssemos começado uma entrevista.

Pois, podia, um menino, ser encontrado na Estátua de Eduardo Mondlane, no final da avenida com o mesmo nome, e noutra dia o mesmo menino ser encontrado no outro extremo oposto da avenida ou na avenida 25 de Setembro, na Baixa da cidade. E algumas vezes perdemos o contacto com elas por várias semanas ou definitivamente. O que nos levou a questionar se as crianças teriam abandonado a rua retornando a casa. Nos casos em que o contacto foi retomado ficávamos a saber que, afinal, elas tinham ido para um centro de acolhimento, o que despertou o interesse pela busca das razões do abandono dos centros e do seu retorno a rua.

Vivendo na rua, as crianças desenvolvem relações sociais entre si, com outros habitantes da rua e com o resto da sociedade. Mantendo com uns relações afectivas, relações pragmáticas com outros, ou utilitárias com muitos, dependendo das suas necessidades e do momento. A exploração do espaço público por parte destas crianças não se esgota na realização de actividades “lucrativas”, mas também abrange, entre



outras, o benefício do apoio ou do serviço prestado por particulares ou organizações que se dedicam a assistência de crianças vulneráveis ou da população vulnerável, no geral.

Assim, as crianças sabem quando há almoços ou sopas quentes em noite de inverno oferecidos, em que ponto da cidade e por quem são oferecidos. E várias vezes recorrem a eles ou até mesmo, nesses dias dormem até mais tarde ou dedicam mais tempo às brincadeiras, porque sabem que não precisarão de ‘trabalhar’ ou mendigar para se alimentarem. Sabem a quem podem recorrer se precisarem de tratamento para os seus ferimentos ou quiserem tomar um banho, por exemplo:

*Nem sempre era difícil a vida. Coisas boas aconteciam, fazíamos o que queríamos. Íamos ver filmes na medicine (MDM)<sup>96</sup>, tomar banho, fazer tratamento... (A3, 17 anos)*

*Na rua havia coisas boas e coisas más. Aos finais de semana havia umas senhoras que nos davam comida. Naquele tempo também fazíamos actividades com uma organização [Goal]. No dia das crianças nos levavam para brincarmos. (A4, 16 anos)*

*Eu quando estava na rua ia para os centros [abertos] quando estivesse perto de uma data festiva como 1 de Junho, 25 de Junho ou 25 de Dezembro. Ia lá para comer bem. (B4, 14 anos)*

*Na rua, ia ao centro ndhleleni para brincar e aprender algumas coisas, tinha mata-bicho, almoço. Ia ver televisão na medicin. Quando nos tínhamos dinheiro íamos ao mercado central comprar comida. (B5, 12 anos)*

As crianças *da rua* também sabem quando é que determinado centro de acolhimento aberto realiza actividades ao seu gosto ou determinada actividade é promovida por certo educador social de sua simpatia. Aliás, muitas vezes recorrem aos educadores de rua quando não conseguem satisfazer as suas necessidades de alimentação e vestuário. Embora, os educadores estejam proibidos, pelo seu código de conduta no trabalho, de oferecer dinheiro ou outros bens às crianças – não só não devem dar dinheiro como não podem fazer promessas que não vão cumprir sob pena de comprometer o trabalho da organização por quebra de confiança, uma vez que as crianças afastam-se daquela organização. E, muitas vezes, é uma confiança arduamente conquistada, já que as crianças *da rua* são sempre muito desconfiadas como é reflecte caso abaixo:

---

<sup>96</sup> Refere-se ao espaço que outrora fora a sede dos Médecins Sans Frontières que, entre outras actividades, prestava cuidados médicos às crianças da rua. Actualmente, se encontra sediada neste espaço a organização Meninos de Moçambique (MDM). Mas as crianças continuam a chamar o local de medicine (Médecin).

*Eu nunca quis, antes, morar num centro porque tinha medo que me matassem ou coisa parecida. Sabes, esses traficantes que andam por aí. Sempre pensei que não era à toa que eles gastassem dinheiro a cuidar de nós [crianças da rua], haveria alguma coisa por detrás. (B4)*

A socialização da criança *na/da rua* é caracterizada pela instabilidade das relações afectivas com o mundo adulto, instabilidade que se repercute sobre o sistema de identidade marcado por uma concepção negativa do eu. Uma identidade super-determinada condicionará tudo o que a criança vai empreender, a maior parte das suas reacções face a outrem. Assim, a desconfiança e a necessidade de atenção são duas constantes no comportamento da criança *da rua*<sup>97</sup>.

Para além dos centros abertos e as organizações de assistência social, as crianças podem recorrer aos centros de acolhimento fechados. Aliás, elas também sabem quem são os educadores desses centros que se dedicam ao trabalho de recolha de crianças da rua. E guardam esse conhecimento como um recurso à mão de que poderão fazer uso a qualquer momento, como se pode notar nas palavras de B5:

*Eu via o tio X todos os dias na rua a atender os miúdos então eu decidi pedir-lhe para me trazer ao centro. E ele me levou.(B5)*

O centro de acolhimento fechado aparece como mais um recurso a mão a que se pode ter acesso quando a criança necessitar. E várias são as situações que levam as crianças a recorrerem aos centros.

Viver na rua pressupõe a aquisição de habilidades e competências<sup>98</sup> para viver em situações adversas quer ambientais quer sociais. Estas habilidades não são apenas para que a criança consiga alimentar-se ou abrigar-se, mas também, e sobretudo, para garantir a sua segurança. Principalmente, no que respeita às agressões da polícia e dos jovens delinquentes de rua. As agressões destes últimos têm por objectivo a apropriação dos bens das crianças.

As brigas entre as crianças são frequentes, até porque, muitas vezes, funcionam como um meio de afirmação no seio do grupo. E as brigas acontecem pelos mais variados motivos. A ideia destas crianças é de que “um rapaz que se preze” não deve deixar

---

<sup>97</sup> Lucchini, 1990: 20

<sup>98</sup> As crianças desenvolvem numerosas habilidades para se manter na rua. A habilidade é instrumental: saber espreitar, vigiar, saber reconhecer situações perigosas, aquisição de técnicas facilitadoras do furto, por exemplo. Já a competência não é uma simples habilidade técnica. Ela comporta a capacidade de julgar e de comparar acontecimentos, pessoas e coisas. A competência é de natureza cognitiva e exprime-se através de julgamentos que a criança faz, entre outras coisas, sobre as suas práticas e as dos terceiros. Não há uma separação clara entre a habilidade e competências. Uma não pode existir em a outra (Lucchini, 2000: 39).

passar em branco uma provocação ou a usurpação dos seus pertences por um dos seus amigos sob pena de ser “abusado” (abuso de confiança) – os outros tomar-lhe-ão por fraco e será alvo de constantes provocações.

Em relação a este tipo de confrontos, os meninos da rua têm duas hipóteses, ou tornam-se fortes ou aliam-se aos mais fortes. E os outros saberão que não se podem meter com eles. E estes confrontos não se colocam, para elas, em termos de violência mas de mecanismos de afirmação e de defesa dos seus interesses. E não constituem um motivo para abandonar a rua, pode sim constituir um motivo para trocar de grupo ou de isolamento se a criança achar que se tornou insuportável para ela. O que as crianças, geralmente, acham injusto e são incapazes de fazer frente, devido a sua pouca idade e/ou pequena constituição física, são as agressões perpetradas pelos jovens delinquentes que também fazem parte da população de rua. Isto é notório na grande parte das crianças vivendo em centros de acolhimento.

*Eu queria vir para aqui porque lá na rua estavam a me castigar muito com os mais velhos. Quando nos apanhavam nos batiam. (B5)*

*Na rua levava muita porrada. Os mais velhos nos batiam. Quando nos encontravam levavam o nosso dinheiro. (A5, 10 anos)*

*Mas também havia problemas: era difícil para dormir, os bêbados batiam-nos. Havia os dias do smell. Os polícias te apanhavam e batiam, levavam as tuas coisas. Há vezes que nos batiam só porque alguém roubou alguma coisa e nos acusavam de saber. (A4, 16 anos)*

*Na rua não se vive bem. É outro mundo. Já vivi muito em pouco tempo, né! Na rua a gente vive uma vida que, epah, não dá. As vezes a pessoa podem pensar em ir para casa mas ter medo dos pais. Na rua se sofre. As vezes te batem sem fazer nada. Há outros que são queimados a noite quando a gente dorme. Muita coisa má lá. (B2, 17 anos)*

A violência é um dos motivos *por que* as crianças recorrem aos centros a *fim de* encontrar abrigo seguro, mas não só. O frio do inverno constitui também um grande motivo que leva os meninos da rua a procurarem abrigo nos centros. Um educador de rua já notava isso, em Junho: *é interessante... agora há várias crianças a pedirem para que lhes leve para um centro. A situação deve estar a ficar difícil. Dormir ao relento não é brincadeira... está a começar o frio. (E4)*

As crianças *da rua*, como já dissemos, dormem em qualquer lugar a descoberto ou debaixo de um alpendre. E no inverno, torna-se um desafio encontrar cobertores suficientemente quentes e conseguir mantê-los consigo por maior tempo possível. Nesta época, os grupos para dormir são maiores (mais de 5 crianças).

*Eu já não queria estar na rua. Quando eu vim para o centro era tempo de frio. Aqui eu tenho casa e durmo à vontade, apesar que temos que acordar cedo mesmo que uma pessoa entra as 10 horas na escola. (A1, 14 anos)*

*Não era agradável onde dormíamos. Dormíamos assim mesmo. Lá passa-se frio; não temos conforto (...) Na rua não havia mantas para dormir... (A3)*

Elas também têm a possibilidade de construir abrigos de papelão. Mas aqui também existe a dificuldade de manter a propriedade privada por muito tempo, por isso muitas crianças preferem não o fazer. O local de abrigo deve manter-se em segredo ou pelo menos não se deve dizer a quem realmente pertence, no caso das crianças pequenas.

Numa das nossas conversas nocturnas com um grupo de rapazes entre os 8 e 13 anos, perguntamos para onde levavam as caixas de papelão, placas de esferovite e sacos plásticos que estavam a juntar. Ao que nos responderam: *é para construir o nosso gone (...) onde fica?! Hee... Queres saber para quê?* O receio deles era que pudéssemos comentar com outra criança ou irmos até lá um dia e sermos vistos por outros rapazes. Desta forma a informação poderia chegar aos ouvidos dos meninos *da rua* ou delinquentes mais velhos. As crianças podem também abrigar-se em casas degradadas a que chamam *mogodorró*, mas isso significa partilhar o espaço com os rapazes mais velhos que, geralmente, preferem este tipo de locais, e a eles se submeterem. E a submissão não agrada aos miúdos porque implica trabalhar para os últimos, não só ganhando dinheiro na rua como também realizando tarefas domésticas. O que lhes cerceia a liberdade e reduz o tempo de lazer.

A fome surge, também, como uma factor que leva as crianças a recorrerem aos centros. Na rua, as crianças gozam de liberdade, são donas de si e do seu tempo, e fazem o que têm vontade e quando têm vontade, o que reforça a ideia de ser uma vida muito agradável, melhor do que quem vive em casa com a família.

*Aqui na rua anima. Aqui conseguimos ter dinheiro dos brancos (...) aqui na rua, a noite tu vais assistir filmes, brincar, depois vir dormir (...) aqui na rua eu tenho dinheiro para comer a qualquer hora. (R3, 12 anos)*

Embora digam que a vida na rua é agradável, também reconhecem que muitas são as vezes que não conseguem dinheiro e que não se podem alimentar a toda ou qualquer hora. Aliás, podem passar um dia sem terem uma refeição.

*E se uma pessoa não arranja dinheiro passa fome. (A3)*

*Eu vim porque vi que na rua já não compensa e já não anima. Já não se consegue arranjar comida boa. A vida aqui [no centro] é boa porque como, tomo banho, faço tudo... (B5)*

*Eu gostaria de ir para o centro. Aqui na rua há fome. (R2, 14 anos)*

R2 já não era capaz de enfrentar a fome por que passam as crianças *da rua* e predispunha-se a ir para um centro fechado, se nós lhe encontrássemos um. Nos centros de acolhimento, as crianças encontram abrigo, podem ter vestuário, segurança e alimentação assegurados diariamente.

A necessidade de educação formal também empurra as crianças aos centros de acolhimento. Quase a totalidade das crianças *na rua* vai à escola. Elas vão para a rua depois das aulas. Até porque um dos motivos que as leva a rua é a necessidade de adquirir dinheiro para assim terem acesso a bens de consumo ostentados por crianças de classe média que frequentam as mesmas escolas. E a presença na rua é, para muitas dela, possível através da negociação com os pais e/ou encarregados a quem prometem não faltar as aulas.

Ao contrário, as crianças *da rua* não frequentam a escola pois, por um lado, os seus abrigos não têm condições para guardar o material escolar e, também, não têm dinheiro para comprá-lo. Por outro lado, o tempo passado na escola seria um *tempo perdido*, na medida em que serviria para ganhar algum dinheiro. Acrescentando que elas não têm que as controle e as mande para a escola. Para aqueles à quem a vontade de estudar se mantém dirigem-se aos centros de acolhimento *a fim de* frequentarem a escola<sup>99</sup>.

*Eu vim para o centro porque eu queria estudar. (A1, 14 anos)*

*Eu vim para aqui no centro, principalmente, porque eu queria estudar. Lá nos outros centro onde eu vivi não se estudava. (B3, 15 anos)*

---

<sup>99</sup> Dois dos centros estudados possuíam uma escola que lecciona o primeiro e o segundo grau do ensino primário (1<sup>a</sup> à 7<sup>a</sup> classe) e o terceiro centro lecciona até o secundário básico (10<sup>a</sup> classe). Estas escolas acolhem crianças da comunidade e as crianças internas.

*Aqui no centro eu tenho casa e vou para a escola. (...) A noite, nós fazemos TPC e quando não conseguimos os educadores nos explicam. (A5).*

*Nós, aqui no centro, devemos estudar, aproveitar ir a escola enquanto não nos integram porque é gratuita. Quando estivermos em casa já não teremos esta chance. (B4)*

*Queria voltar para o centro porque quero continuar a estudar. Eu andava na 4ª classe, quando saí de casa. (R5, 11 anos)*

O processo de saída da rua, em direcção ao centro ou para casa, é complexo e pode ocorrer em várias tentativas. Isto deve-se ao facto de a rua ser plural, pois permite muitas formas de utilização e, sobretudo, de pertença. *Esta pertença traduz-se pelos recursos (materiais, sociais, identitários, afectivos e simbólicos) a que a criança tem acesso na rua ou que atribui a rua*<sup>100</sup>. Quanto maior o acesso aos recursos, mais elevada será a apropriação da rua. A apropriação da rua é elevada quando a criança domina a dialéctica que se estabelece entre o controle e a liberdade. *Este domínio diz respeito ao controle que a criança exerce sobre os riscos que a vida na rua comporta*<sup>101</sup>. Por conseguinte, a criança vê a vida na rua como gratificante.

Ao contrário, se as suas habilidades e competências permitem um acesso reduzido aos recursos e, conseqüentemente, uma apropriação menor a presença na rua torna-se pouco gratificante. Então, a saída da rua é equacionada, mesmo que temporariamente. E os centros de acolhimento aparecem como uma opção relativamente mais fácil. Opera-se aqui uma saída reaccional. Ao deixar a rua a criança reage mais do que age. *A saída reaccional diz respeito as crianças para quem a rua já não tem atractivo específico e não é acompanhada por uma modificação da sua linha biográfica. O prazer de viver na rua desapareceu. Este tipo de saída é frágil e faz-se a falta do melhor*<sup>102</sup>.

Dissemos, no início, que o mundo da rua pode ser gratificante ao mesmo tempo que comporta riscos. Pudemos, ao longo deste capítulo, perceber que os centros de acolhimento e os seus educadores sociais aparecem como parte de das relações sociais que as crianças estabelecem na rua podendo ser mais ou menos intensas consoante o interesse e a situação em que elas se encontram. E pudemos também perceber que a criança da rua, devido à sua condição relativamente mais vulnerável e pela ausência do suporte de um adulto responsável, explora mais a relação com os centros de acolhimento. Procuramos na rua e nas relações que lá se estabelecem os motivos que podem intensificar ou não aquelas. No próximo capítulo, o nosso objectivo é de ver como, uma vez nos centros, as crianças interagem com os mesmos (com o pessoal, os regulamentos, os objectivos) de modo a perceber o que as leva a abandoná-los e a retornarem à rua.

---

<sup>100</sup> Lucchini, 2003: 23

<sup>101</sup> Ibidem: 24

<sup>102</sup> Ibidem: 43

## 6. A Vida no Centro

Ao realizarmos este estudo partimos da hipótese de que as crianças procuram os centros de acolhimento por motivos que diferem daqueles pelos quais estes foram criados e de que elas se mantêm lá se e na medida em que os seus interesses se conciliarem com os objectivos dos centros. Neste espaço, vamos analisar os objectivos dos centros, o funcionamento dos mesmos e de que foram se conciliam com os objectivos e satisfazem as expectativas das crianças. Com a intenção última de entender em que medida isto pode levar ao retorno das crianças à rua, isto é, *por que* as crianças fogem dos centros. Portanto, serão objecto deste capítulo as crianças *da rua* e os centros de acolhimento, ficando de lado as crianças *na rua*. Isto porque centros de acolhimento fechado não trabalham com toda a população infantil de rua. O seu grupo alvo naquele espaço são somente as crianças *da rua*. As crianças *na rua* não beneficiam do seu apoio, uma vez que não apresentam características elegíveis de acordo com os objectivos destes centros, entre elas o facto de retornarem a casa que faz com que não precisem de ser albergadas.

Com a abertura constitucional em 1990 para a livre associação dos cidadãos, várias têm sido as formas de associação surgidas ao desde então e em várias áreas, entre as quais de apoio a infância e a juventude. Esta abertura tornou-se posteriormente acentuada com a Política da Acção Social traçada em 1998 pelo primeiro Governo eleito após a guerra civil. A ideia básica subjacente a esta política é de que a pobreza e a exclusão social são assunto de todos e que a redução ou eliminação das mesmas só poderão ser possíveis com o envolvimento de “toda a sociedade”. Isto é, os sectores privados de fins não lucrativos como as associações, ONG e confissões religiosas seriam os parceiros privilegiados do Governo, na realização das actividades da área social como, por exemplo, a promoção e reabilitação psico-social, educação e formação profissional da criança *da rua*, órfã e desamparada. Garantindo a sua reintegração na família<sup>103</sup>.

O número de centros de acolhimento de crianças *da rua* não-governamentais e não directamente associados ou tutelados por igrejas cresceu a medida que expandiu a liberdade de associação, na medida em que *o fenómeno associativo é algo que se dá em*

---

<sup>103</sup> In: Resolução nº12/98 de 9 de Abril.

*contexto de sociedades democráticas, devido a dois aspectos fundamentais: a vontade do Estado em tolerar, no sentido de aceitar as associações, o que é fundamental para a manutenção das liberdades civis; e o direito de os indivíduos livremente se associarem*<sup>104</sup>.

O estudo realizado em 1997 pela ARCS, em coordenação com a Cruz Vermelha de Moçambique e o antigo Ministério da Coordenação da Acção Social, refere a existência, nesse ano, de 51 associações e organizações actuando na área de apoio a criança *da rua* em cinco províncias de Moçambique. Este número não parou de crescer, incentivado em parte pelo facto de a área de apoio a criança ter sido tornada prioridade nacional da Política da Acção Social, acima referida, e também pelo interesse a nível internacional. Neste momento existem, filiadas à Rede da Criança 75 organizações, entre centros de acolhimento e associações de apoio a criança vulnerável, incluindo a criança *da/na* rua. Deste número 69 estão sediadas na província de Maputo das quais 30 são centros abertos e 9 são fechados e/ou semi-abertos.

Estes centros de acolhimento prestam serviços de apoio às crianças como a promoção da educação, do desporto e da cultura, de hábitos de higiene passando por sensibilização sobre o VIH/SIDA, mobilização comunitária para protecção da criança, apoio alimentar, apoio jurídico, assistência psicossocial a criança, defesa dos direitos da criança, formação profissional até a institucionalização da criança com objectivo último recuperação/reabilitação e reintegração social<sup>105</sup>. Os centros por nós estudados enquadram-se neste grupo.

Como já dissemos, a nossa pesquisa foi realizada em três centros fechados na cidade de Maputo, que designamos aqui de centros A, B e C. Os centros B e C abrigavam no momento da pesquisa 26 e 68 crianças respectivamente. Sendo que no primeiro existiam apenas rapazes e o segundo inclui 17 raparigas. O centro A abrigava mais de 300 crianças. O centro A e C albergam provenientes de varias situações sociais, desde crianças órfãs, rejeitadas, deficientes físicos ou mentais, até crianças *da rua* (criança pobre e vulnerável). O centro B abriga exclusivamente rapazes retirados da rua. A

---

<sup>104</sup> Vilaça e Guerra, 2000: 87

<sup>105</sup> Os intervenientes nesta área entendem a reintegração social ou familiar como sendo a volta da criança para casa, para a sua família ou para uma família substituta, com o restabelecimento dos laços quebrados, do papel e do estatuto da criança na família e na comunidade em que esta se insere.



organização das crianças, internamente, varia de pequenas casas para seis crianças à grandes camaratas, num recinto que inclui os serviços administrativos, casa de hóspedes, casas para funcionários, oficinas (mecânicas, serralharia, carpintaria ou cerâmica) e escola.

O objectivo principal dos três centros é de acolher, reabilitar psicológica, social e espiritualmente as crianças, elevando a sua auto-estima, reintegrar ou reunificá-las às suas famílias. Este processo vai desde a promoção da educação das crianças, a formação profissional e vocacional, o desenvolvimento de “habilidades para a vida” (artes e ofícios) que possibilitem o auto-emprego até a criação da cultura de trabalho na criança. Acolher e reintegrar crianças nas suas famílias e comunidades pressupõe que aquelas tenham alguma vez saído de casa, ou tenham perdido a possibilidade de estar em família por orfandade, abandono ou outro motivo. Ora, a criança *na rua* vai para a rua e volta para a casa todos os dias e não precisa de serviços de reintegração. Ela apenas beneficia dos serviços prestados pelos centros abertos e pelas organizações que trabalham directamente na rua e para as quais a reintegração familiar das crianças não faz parte dos seus objectivos. Portanto, as crianças *na rua* não fazem parte do grupo alvo dos centros analisados.

### **6.1. Os Discursos e os Modos de Acolhimento**

Os discursos dos intervenientes da área de apoio as crianças são, muitas vezes baseados em estereótipos e reduzem a criança *da/na rua* a situação de desviante. Estes discursos traduzem-se e, ao mesmo tempo influenciam, no modo como as crianças são acolhidas e tratadas nos centros de acolhimento. Os centros A e B possuem, cada um, uma equipa de rua que localiza e identifica crianças *da rua*. Estabelece contactos com elas com objectivo de travar conhecimento e posteriormente ganhar a confiança delas com a intenção última de propor-lhes a viver ‘fora da rua’, em casa ou no centro. Um dos directores de centro entrevistado explica que *têm aparecido crianças aqui à porta. Mas nós não admitimos porque a criança tem de passar por processo de selecção. Ele tem que entender o nosso objectivo. Eles podem não entender a cem por cento. Então, arranjam uma forma de fazer-las entender, nós descemos ao nível da linguagem deles e a coisa que podemos sumarizar dentro disto é o seguinte: tu gostarias de um dia voltar para casa? Quando ele diz que sim, nós*

*qualificamos a ele para entrar neste programa. Ele pode não estar preparado na devida altura, mas depois nós trabalhamos nesse sentido. (D1)*

Os objectivos dos centros baseiam-se na ideia que os intervenientes têm do comportamento e personalidade da criança *da rua*. Daí que se pensa em recuperar e/ou reabilitar a criança. Para os intervenientes a criança *da rua* é uma criança ‘anormal’, rebelde, violenta, mal-educada. *O comportamento em si, nós compreendemos porque já sabemos que as crianças da rua comportam-se muito mal. Muito mal mesmo. Então a nossa intenção é de ganhar aquela criança de modo a conseguirmos mudar aquela maneira de ser. Mudar aquele comportamento. Mudar para um bom comportamento. (...) As crianças são rebeldes e mentirosas. Embora podem mentir porque elas acham que estão a defender-se. E são muito agressivas. Mas nós aqui lutamos para combater esse comportamento. (E1)*

*Os miúdos da rua são violentos, apresentam um certo nervosismo quando chegam, mas depois do convívio são mansos. O difícil é começar, depois são “até melhor seres humanos do que aqueles que pensamos que são normais”. Eles usam a maldade para se defender. (E2)*

*Elas são assim porque, ‘embora sejam comuns’, têm um aspecto particular: as crianças da rua têm um sistema de defesa violento. Tornam-se violentas porque não têm quem as ajude e proteja. No fundo é uma criança normal e quando encontra protecção torna-se normal. (D2)*

*E elas não trocam a liberdade por nada. Elas valorizam a liberdade e o dinheiro. Essas duas coisas têm sido o grande desafio para as instituições que trabalham com as crianças. Nós temos que saber essas duas componentes que elas apresentam. Por dinheiro elas são seduzidas a voltar a rua. (D1)*

Pensam os intervenientes que estas características são resultado de uma vida num mundo dominado por uma subcultura caracterizada em termos de roubos, prostituição, violação, violência, toxicod dependência, o desprezo pela vida, a instabilidade e a falta de solidariedade<sup>106</sup>. A rua surge aqui como má e anómica, opõe-se-lhe então o espaço familiar e o espaço comunitário considerados como lugares de integração<sup>107</sup>. *Este estereótipo persiste ao longo do tempo e resiste a mudança, mesmo quando estes detentores deste estereótipo já tenham sido expostos a informação que não confirma as suas expectativas estereotípicas<sup>108</sup>, no seu trabalho diário.*

Por conseguinte, os modos educacionais adoptados tanto pelos educadores como pelos dirigentes e outros funcionários são baseados nessa percepção de criança comum, mas com algumas (muitas) anomalias. Daí que seja preciso recuperar ou reabilitá-la.

---

<sup>106</sup> Lucchini, 2000: 30.

<sup>107</sup> Lucchini, 1997: 27

<sup>108</sup> Hamilton, 1980: 55

Contudo, estes centros de acolhimento não possuem pessoal habilitado para tal recuperação das crianças.

*Nós temos algumas limitações nessa acção porque nós não temos psicólogos, não temos pedagogos e esse pessoal é muito vital para o nosso trabalho social. Nós trabalhamos assim com experiências práticas, com boas práticas, essas questões todas... (D1).*

Por isso, nos centros A e B a reabilitação é, então, enfatizada na área espiritual e religiosa com o apoio de missionários, voluntários e turistas religiosos. *A parte religiosa é para tentar moldar a criança naquilo que são os princípios morais para facilitar a própria conduta social.*

*A reabilitação espiritual não integra a criança numa congregação específica para não tirar a liberdade de escolha, é apenas o ensinamento da doutrina cristã. O centro tem uma igreja base, mas tem aparecido missionários de outras igrejas. (D2)*

As insuficiências não são apenas ao nível de pessoal especializado, mas também em relação aos educadores sociais, quer em termos de número quer em formação profissional. Existe pessoal a trabalhar sem formação ou com apenas uma formação básica introdutória para familiarização, adquirida no início da sua contratação como explicam os educadores entrevistados: *Nunca tive uma formação para trabalhar com crianças. Acho que preciso de formação. Seria bem-vinda, porque tenho dificuldades com a rebeldia das crianças. (E3).*

*Eu tive formação para educador quando comecei a trabalhar [há nove anos]. Nunca tinha trabalho nessa área. Nunca mais tive uma formação na área de educador social. O que tem acontecido é formação na área do desporto, principalmente o futebol. (E1).*

*Houve um treinamento para todos os trabalhadores, de modo a que houvesse um método comum de tratamento da criança (mas mais seminários sobre a criança e informação) há pequenos detalhes que as pessoas não sabem em relação a criança, já que todos aqui participam na educação das crianças enquanto eles próprios seres sociais. (E2).*

No geral, todo pessoal do centro, incluindo cozinheiros e guardas, é educador social. A ideia subjacente a este funcionamento é de que os funcionários enquanto seres sociais e, muitos deles, pais podem sempre educar as crianças acolhidas no centro, à semelhança das crianças das suas famílias. No centro B e C os empregados (faxineiros e cozinheiros), entre uma tarefa e outra, vigiam as crianças. Como nos diz um estagiário num dos centros: *é uma pena que uma organização funcione desta forma: com educadores que não são formados, que na verdade são 'empregados domésticos' do internato que aceitaram o trabalho porque têm de ganhar dinheiro; com educadores que mais não fazem se*

*não ralhar com as crianças se não ralhar com as crianças, dar ordens constantemente, que não sabem estimular, dar educação adequada a cada criança, fazer um elogio.*

*Não há gente capaz de prestar atenção a cada criança, consoante as suas necessidades. Aqui há crianças com diversos traumas, como crianças abusadas sexualmente, violentadas, carentes...*<sup>109</sup>

Existe, geralmente, um educador social para os rapazes em cada turno (que varia de oito a 60 horas, dependendo do centro). E nos centros com vários grupos de crianças há um educador para cada um: para as meninas há uma mãe social, para o grupo com retardo no desenvolvimento físico ou mental há também uma mãe social; os bebés são os que gozam da assistência de maior número de educadoras sociais, havendo duas para cada quatro ou seis). É de notar que os grupos de rapazes variam de 26 à mais de uma centena.

Portanto, o educador/empregado relaciona-se com as crianças do modo como ele percebe ser o adequado para educar uma criança, sobretudo uma criança como ‘aquela que vem da rua’ e que tem a ‘cabeça dura’ e ‘não ouve’ -não obedece, não aprende o que lhe ensinam. O quotidiano da criança é assimilado a uma sequência de actos suportados e impostos no quadro das relações exclusivamente violentas. Esta imagem transmite, pois, uma lógica de intervenção que favorece a repressão e que implica a negação de uma subjectividade criadora na criança<sup>110</sup>. E leva, também, ao retraimento das crianças e amedronta-as, como se pode perceber nas palavras de uma delas: *quanto aos educadores... alguns são maus, nem para falar com eles é difícil. Mas, há outros que são bons e nos educam bem.* (A4)

A criança *da rua* é vista como um ser irracional e mesmo desviante. Obedece a impulsos e a sua capacidade de elaborar frustrações é limitada<sup>111</sup>. *Vista como impulsiva ou apática, a criança da rua seria incapaz de controlar a sua conduta. A criança da rua estaria sob o domínio dos seus impulsos e dos seus desejos*<sup>112</sup>. Assim, o objectivo do educador é colocar a criança ‘na linha’ mais do que perceber suas capacidades, necessidades e carências. Se a criança não cumpre ordens (por esquecimento, distração

---

<sup>109</sup> Extracto do desabafo de um estagiário no centro B feito no último dia do seu estágio, registado em diário de campanha.

<sup>110</sup> Lucchini, 2000: 26

<sup>111</sup> Ibidem: 33

<sup>112</sup> Ibidem: 26

ou por falta de vontade) é vista como rebelde. Uma rebeldia adquirida na rua. Pois, na rua só se aprendem práticas desviantes, na medida em que se pensa que as crianças *da rua* convivem com indivíduos marginais, num mundo sem regras. O que ela possa ter aprendido na rua tem de ser abandonado: ‘entrou aqui tem que mudar’.

O aprendido na rua nunca é visto em termos de habilidade, competências simbólicas e experiência que podem ser usadas ou aproveitadas para facilitar ou ajudar na sua educação e reintegração na sociedade dominante. Tem-se aqui, um educador que desconhece a trajetória da criança e, muito menos, imagina a situação que lhe expulsou de casa, a menos que a criança da rua se tenha disposto a falar sobre o assunto, em algum momento. E, como estas conversas raramente acontecem, raras são tais revelações. Nos centros A e C, que acolhem não apenas crianças *da rua*, na maior parte dos casos os educadores sequer sabem quem já esteve na rua. Esta falta de conhecimento deriva não só da falta informação sistematizada sobre as crianças, mas também da falta de envolvimento daqueles. O conhecimento sobre as crianças vai além da proveniência, ele inclui também as trajetórias, sem o qual torna-se difícil um tratamento personalizado que poderia de algum modo reduzir o impacto da falta de pessoal especializado e a distancia entre o educador e a criança.

Embora a criança tenha rompido os vínculos com a família, ela não perde a necessidade de se relacionar com os adultos. Encontramos, por exemplo, num dos centros uma criança que chamava mãe à qualquer mulher que tivesse já passado da adolescência; outro rapaz de sete anos que elegeu uma voluntária para sua mãe e ninguém conseguia fosse o que fosse com ele senão através dela; e ainda outro rapaz de doze anos que nos elegeu para namorada e declarava a todos que era o nosso preferido. Sempre que lhes é possível, as crianças tendem a ligar-se à um adulto de referência. Porém, a orientação do educador é no sentido oposto, o distanciamento, a limitação de afetividade e contacto físico. Por exemplo, a primeira orientação que nos foi dada no primeiro contacto com os centros (e que é dada a qualquer outra pessoa, educador, investigador, voluntário ou estagiário) foi algo semelhante ao seguinte:

*Tenha cuidado com os seus pertencentes. Não empreste coisas como celular, que depois anda de mão em mão e no final pode estragar-se ou desaparecer.*

*O outro ponto é sobre o contacto. Elas gostam muito de abraçar e essas coisas. Tem de lhes dizer ou impedir quando elas exageram; afaste-lhes quando não quiser ou não gostar dos seus contactos. (D1)*

Frutífero pode ser o relacionamento quando o adulto adota uma postura que vá de encontro às expectativas da criança e das suas necessidades<sup>113</sup> – não queremos com isso dizer que tem de se tornar mãe, pai ou namorada/o, mas que tenha capacidade e disponibilidade para avaliar essas necessidades e lidar com elas de modo eficaz. O distanciamento e a repulsa não são de todo um método a adoptar. Uma postura deste tipo contribuiria para a criança ganhar confiança nos adultos que, de certa forma, é um elemento básico para a reintegração familiar. Podemos observar que os educadores têm dificuldade em estabelecer uma ligação com as crianças e não percebem, muitas vezes, a necessidade de tal ligação. Isto é devido ao desconhecimento dos conceitos básicos na área comportamental e pedagógica, embora falem constantemente de reabilitação social, formação, elevação de auto-estima e outros. O desconhecimento dos métodos de tratamento de crianças institucionalizadas e sobre as próprias crianças, como vimos, desemboca em acções repressivas que não são bem aceites pelas crianças *da rua*. E, algumas vezes os educadores são vistos como prepotentes.

Esta situação contribui para um afastamento e descontentamento das crianças. Vejamos, um dos motivos que expulsa as crianças da rua é a violência física, emocional perpetrada pela Polícia e pelos delinquentes juvenis contra as crianças. Ao recorrer ao centro a criança da rua procura protecção dos adultos. Ora, os métodos educacionais e correctivos baseados na repressão têm um efeito negativo sobre as crianças: eles são percebidos com excessivos, demasiado dolorosos ou desnecessários.

*Quando eu cheguei aqui, havia educadores que batiam com fios. Eu não gostava e reclamava. Então me mandavam para fora ou me punham de castigo. (B3)*

*Aqui há educadores que batem com fio quando tu, por exemplo, fazes barulho ou quando tu paras num sítio que não deves parar. É aí que eles te batem. (B4)*

*O castigo é quando você provoca alguém ou bate. Ou se gazetas a escola te dão castigo também. A parte que eu não gosto é de trabalhar na casa de banho. Podem, assim, me dar castigo de trabalhar uma semana na casa de banho: limpar, esfregar bem a pia com esfregão sem luvas, enquanto o educador está ali mesmo a ver. (B1)*

*Não gosto quando nos batem por fazermos indisciplina. E não gosto de castigos (...) Sai de lá da Remar porque também tinha castigo. Seria melhor se não dessem castigo de um mês, porque dói. Mesmo daqui, eu já tentei fugir por causa de muito castigo. (B5)*

---

<sup>113</sup> MICAS, 1997: 16-17.

Este último conta na sua estadia no centro duas fugas e uma tentativa de fuga. Esta tentativa foi abortada porque o grupo de crianças que frequentava a escola no período do dia deu por falta dele e de mais dois rapazes, no caminho de regresso a casa e rapidamente alertou os educadores. A percepção do castigo injustificado, associada a outras atitudes, contribui para fortalecimento da imagem de educador prepotente. Um educador que está sempre a impor regras ao seu gosto, que variam a cada dia.

*Aqui já não anima. A relação com os educadores não é má. Mas, às vezes eles nos chateiam. Podem dizer para nós fazermos uma tarefa e que depois nos vão dar bola para brincarmos e nós fazemos. Mas, quando terminamos de fazer já não nos deixam ir brincar. (B5) Ou,*

*Eu não acho que seja possível mudar as coisas aqui. O centro não será capaz porque o mau comportamento não é só da nossa parte, mas dos educadores também. E isso as vezes irrita porque acontecem muitas coisas que chateiam a uma pessoa (...). Podem mandar arrumar o cacifo que outros já arrumaram ou as roupas que estão no estendal que não são tuas e os donos das roupas não estão. (B4)*

*Ou ainda, te mandam lavar uma camisete que já lavaste só porque tem uma nodozinha que não saiu bem, estás a ver... (B1)*

Bem, as crianças *da rua* passaram algum tempo, se não anos, fora de casa, longe da família e, portanto, ‘desaprenderam’ alguns comportamentos, responsabilidades ou tarefas domésticas da sua idade. Ao colocá-las a realizar algumas tarefas domésticas e tratarem dos seus próprios objectos, os centros têm como objectivo fazer com que elas readquiram esses ‘hábitos perdidos’ para que, uma vez em casa, possam realizá-las sem dificuldades e sem entrar em choques com membros da família.

Não se põe em causa tal pressuposto, porém grande parte dos educadores não consegue pôr as crianças a realizar tais tarefas sem ser agressivo ou sem o recurso a berros. Esta atitude é, por um lado, condicionada pelo preconceito originado no estereótipo de ‘criança *da rua* rebelde’ teimosa e incapaz de aprender. E que ‘os outros não tratam como deve ser’ – porque *no centro elas são muito mimadas. E não deve ser. A educação tem que ser mais rígida para eles verem de que aqui nós estamos para aprender (E3)*. Portanto, *as crianças precisam de uma lei rígida para o bem delas (E3)*, porque *elas estão habituadas àquela vida de lá, pedir esmola aí. Aqui já não há espaço para isso. Entrou aqui, tem que mudar, (E1)*. E, por outro lado, condicionada, sobretudo, pela incapacidade de demonstrar autoridade.

Esta falta de autoridade assiste-se também em relação a imposição da disciplina e do respeito entre as crianças. Dissemos antes que os educadores, muitas vezes, se limitam a vigiar as crianças, no que diz respeito ao cumprimento das regras do centro. Todavia, muitas são as vezes que os rapazes, sobretudo, se metem em discussões e pancadaria. E muitas são, também, as crianças que não são capazes de se defender. Aliás, foi por essa razão que se retiraram da rua e, conseqüentemente, ficam descontentes com tais situações como diz o A1:

*O que mais eu não gosto aqui no centro é a desobediência dos rapazes, as lutas e a falta de respeito. Nós aqui não nos respeitamos. Ou como diz A2:*

*O que eu não gosto aqui no centro é de levar porrada. Os mais velhos nos batem e nós não podemos ir queixar porque eles nos batem mais.*

Por conseguinte, *a nossa convivência aqui no centro não é boa. Estamos sempre a porrada, brincamos a porrada e a provocarmo-nos uns aos outros.* (A5)

As imagens da criança vítima e da criança associada, portadora de perturbações do comportamento e da afectividade, são muito redutoras em relação a realidade vivida pela criança da rua. *Devido à falta de ferramentas metodológicas e teorias adequadas, a experiência da rua, tal como ela é vivida pela criança, mesmo que seja percebida por alguns profissionais, não está integrada nas representações e nos discursos dos intervenientes. E o desconhecimento, por vezes, muito pronunciado da racionalidade em termos de negociação identitária de apresentação de si mesma e dos códigos que regulam as interacções sociais na rua, levanta obstáculos e a sua participação no quadro do processo de intervenção<sup>114</sup>.* Isto significa que a criança só pode inserir-se numa lógica institucional estabelecida em função de outros critérios que não a sua própria visão do mundo.

## **6.2. A Ocupação dos Tempos Livres**

A não ocupação dos tempos livres pode constituir um motivo de fuga dos centros na medida em que torna a rua mais atractiva sobre tudo para os mais aventureiros ou hiperactivos. Os centros de acolhimento possuem um grande espaço que circundam as instalações e é vedado. A entrada e saída de crianças e jovens internos é mais ou menos controlada dependendo de cada centro, sendo que o centro C é o menos vigilante, o A

---

<sup>114</sup> Lucchini, 2000: 41



rege-se por um horário e do B a criança apenas sai se acompanhada por educador e devidamente autorizada. Todos os centros possuem uma escola que dista da zona residencial entre cinquenta à duzentos metros.

Os centros A e C permitem que as crianças saiam, porque acolhem maioritariamente crianças da comunidade e *os portões ficam abertos porque não podemos funcionar como uma pequena prisão. Temos que dar liberdade para ganharem autoconfiança. Senão um dia saem, sairão de vez* (D2). O isolamento das crianças no centro B cria, em algumas delas, a sensação de reclusão e recordam-se com nostalgia da liberdade de que gozavam quando viviam na rua e podiam andar por desejassem. E elas reclamam:

*Aqui no centro a gente não sai, só saímos para ir a escola.* (B1)

*O centro seria melhor se nos deixassem sair a tarde para passearmos.* (B5)

Esta sensação de reclusão, como diz o director acima citado, pode de certa forma levar a criança a abandonar o centro em busca da liberdade perdida ou pela vontade de passear sem a intenção de ficar definitivamente na rua – mas, que pode acontecer se o director não perdoar a sua fuga e não a aceitar de volta “passados mais de 14 dias” ou se for a “terceira vez que foge”<sup>115</sup>. Neste contexto, as fugas são frequentes, embora os funcionários afirmem que não. O rapaz B2 conta-nos:

*Quando eu estava na casa da minha avó, às vezes, eu não ia para escola. Eu ia para a rua. De dia eu ia para a rua e a noite voltava. Eu gostava de ir para rua. (...) Foi ela que foi me deixar lá [no centro A] quando eu era pequeno. Só que eu também não ficava, eu tinha aquela vida mesmo, aquela vida da rua. Às vezes, eu fugia, às vezes voltava de novo. Lá não há controlo: você sai quando queres. Por isso, eu saía para a rua. É que eu tinha vontade de voltar para a rua. Não é como aqui.*

E A3 também diz que: *eu saí duas vezes do centro porque eu tinha vontade de ir para a rua.*

A permanência definitiva na rua, depois de uma fuga por este motivo depende também dos acontecimentos na rua que favorecem a sua permanência e/ou revalorizam a rua, como a integração num grupo ‘forte’ ou a grande frequência de oportunidades de ganhar dinheiro e de diversão, por exemplo.

A sensação de reclusão é agravada pelo facto dos centros oferecerem poucas actividades quer lúdicas quer de desenvolvimento de habilidades (artes e ofícios) e de formação que

---

<sup>115</sup> No centro A, as duas primeiras fugas são perdoadas. Este perdão é acompanhado de ‘medidas correctivas’.

ocupem as crianças internas<sup>116</sup>. Nos centros A e B, as crianças contentam-se, na maior parte das tardes, em jogar a bola. O centro A, inclusive, possui uma equipa de futebol. O centro C é o que oferece com certa regularidade, aulas de cerâmica, sessões de música e de dança uma vez por semana. A falta de actividades extra-curriculares nos centros constitui uma decepção para as crianças, pois, ao convidá-las, os educadores sociais enumeram um leque de actividades lúdicas, e não só, nas quais elas poderão participar quando forem para lá morar, em alternativa as actividades realizadas na rua.

Mas quando a criança chega ao centro se dá conta que a possibilidade de participar em tais actividades não existe porque elas não acontecem e a sua menção fora, simplesmente, uma forma de a atrair. E isso é a primeira informação que as crianças dão se perguntamos sobre a satisfação das suas expectativas em relação ao centro:

*Eu aceitei vir para aqui porque me disseram que podíamos ter actividades artísticas. É que eu sei fazer brinquedos de arame: helicópteros, carrinhos e outras coisas. (A4)*

*Quando o tio X falou comigo lá na rua, ele disse que iam me dar bola para brincar, uma bicicleta para brincar. Então, eu aceitei vir. Mas, quando eu cheguei aqui não encontrei nada. Quando cheguei me mandaram tomar banho e trocar roupa, me tiraram fotos. Então, eu perguntei: onde está bicicleta? Pfh... nada, haaa... aqui? não se faz muita coisa. (B1)*

*Lá na Remar basta amanhecer íamos mata-bichar, depois é só ficar até... faz de conta de conta que é um sitio só para dormir. Por isso eu saí de lá. (B3)*

As crianças têm de encontrar formas de se entreterem, sobretudo, aquelas do centro B que se encontram em absoluto isolamento do exterior. Já as outras podem sempre ocupar o seu tempo fazendo um passeio pelas redondezas e brincarem com as crianças da comunidade e, desta forma, variarem as actividades. *Não há actividades de formação das crianças, elas andam soltas, sem ocupação. Ninguém supervisiona os estudos delas, nem a evolução na escola*<sup>117</sup>.

A oferta de actividades é maior quando há voluntários presentes nos centros. E, quanto maior for o número dos mesmos, maior será a oferta de actividades de lúdicas e/ou artísticas, na medida em que aqueles têm de criar algo para preencher o seu tempo de

---

<sup>116</sup> A realização de tais actividades depende, na maior parte das vezes, da criatividade e habilidades dos voluntários e, por isso, são muito esporádicas e de curta duração. O que muitas vezes não permite o desenvolvimento completo de capacidades e aquisição de conhecimento que permitam a continuação individual por parte das crianças. Ou depende da disposição e disponibilidade do educador ou professor como são os casos das aulas de informática no centro C e peças teatrais no centro B.

<sup>117</sup> Extracto de uma conversa com um estagiário, anteriormente citado.

permanência e levam consigo alguma material para tal. A dependência em relação ao apoio prestado pelos voluntários não se restringe às actividades artísticas ou lúdicas. Esta estende-se à tudo que diz respeito ao cuidado das crianças (como as idas ao centro de saúde ou apoio aos serviços administrativos, por exemplo). A maior parte dos passeios acompanhados para lugares mais distantes como a piscina, cinema ou restaurante *fast-food* em grupos pequenos, são organizados e pagos pelos voluntários. Os voluntários funcionam como pessoal empregado. Os centros aproveitam a sua presença (dos estagiários e investigadores) para cobrir a insuficiência de educadores:

*O número de educadores talvez não seja suficiente para educar crianças. Não é fácil, mas contamos com a colaboração dos outros trabalhadores e voluntários, embora este ano ainda não vieram. Eles dão sempre uma ajuda, apoiando e educando socialmente as crianças. Que, de certa forma, diminui o peso da falta de educadores. (E2)*

*Temos dificuldades em pagar mais educadores porque não há fundos para salários. Contamos com a ajuda de voluntários estrangeiros que colaboram na área do internato por seis meses. Mas no último ano não tivemos voluntários porque alguns deles, raparigas principalmente, tiveram problemas de envolvimento com internos. E, quando lhes chamamos atenção, elas reagiram de forma negativa e reportaram informações falsas à instituição que lhes enviou. Agora já conseguimos esclarecer a situação e vamos voltar a ter voluntários para nos ajudarem. Este semestre temos só um. (D3)*

Temos centros que, no princípio do seu funcionamento, ofereciam actividades extracurriculares, as chamadas habilidades para a vida. Desse leque de actividades faziam parte a carpintaria, serralharia, corte e costura, bordado e mecânica. A escolha e disposição dessas actividades baseava-se na ideia de que poderiam constituir, para as crianças, uma garantia de auto-emprego quando se tornassem maiores de idade e não conseguissem inserção no mercado de trabalho. *O trabalho é apontado como capaz de possibilitar a mudança do modo de vida da rua para outro modo socialmente aceite*<sup>118</sup>. Porém, a oferta de tais actividades de formação não tinham e continuam não tendo em conta as condições e exigências do mercado de trabalho. Os projectos de desenvolvimento de habilidades para a vida estão, simplesmente, baseados em ideias preconcebidas sobre o que se pensa ser as necessidades de formação das crianças *da rua que, muitas vezes, apresentam dificuldades de aprendizagem. They are a neat solution and usually find willing funders, often attracting money, without evaluation...*<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> Campos, 1999: 109

<sup>119</sup> Development Manual nº 4: 109

Entretanto, muitas daquelas actividades foram desaparecendo ao longo do tempo sob a justificação de falta de fundos para a sua sustentação e, em algumas situações, na mesma velocidade de cessação, de facto, dos financiamentos.

*Tudo que eu aprendi foi aqui no centro. Dantes, ensinavam muita coisa: carpintaria, machamba, eu fazia serralharia. Só que agora não faço mais porque já não há. A primeira coisa que aprendi quando entrei aqui no centro foi isso. Isto de carpintaria aprendi por ser esperto mas não era a minha actividade. (B2)*

Actualmente, vão resistindo algumas actividades como cerâmica e mecânica nos centros C e B, respectivamente. Ou como A3: *aqui [no centro A] só há aulas de carpintaria, às vezes... eu gostaria de ser mecânico. Durante umas semanas eu era ajudante de um voluntario que estava aqui.*

As aspirações ou as expectativas de formação profissional das crianças também não são tidas em conta – decerto não seria sustentável para estas organizações seguir cada aspiração, especialmente as que possuem centenas de crianças e, também, se se considerar o período de permanência das crianças nos centros e o tempo necessário para a aprendizagem de algumas delas. Mas, o conhecimento daquelas, adicionado a uma pesquisa de sobre as exigências de mercado poderiam contribuir para uma oferta mais variada e adequada as necessidades reais de formação facilitadoras de uma integração sócio-laboral.

Existe um fosso entre o que a rua oferece em termos de diversão e de sociabilidade e a realidade quotidiana do centro em que se encontra. Assim, mesmo que a criança não se sinta reclusa, a rua aparece como melhor oferta em termos de actividades lúdicas, principalmente, se se tiver em conta aquelas proporcionadas pelas organizações que trabalham com as crianças directamente na rua. *E a nostalgia da rua e a ociosidade fazem com que a criança se aborreça muito depressa. O regresso a rua é assim programado*<sup>120</sup>.

A dependência do financiamento e a falta de criatividade das organizações não só afecta o leque de ofertas de ocupação de tempos livres e de formação profissional, como também afecta a definição dos objectivos principais a atingir. Alias, este será o tema de discussão no capítulo seguinte.

---

<sup>120</sup> Lucchini, 2003: 47

## 7. O Retorno a Casa

Temos vindo a apresentar os motivos pelos quais as crianças recorrem aos centros de acolhimento e podemos ver que assim o fazem porque, em algum momento da sua trajetória na rua, têm dificuldades em enfrentar os desafios que a vida na rua coloca. Pois, as competências e habilidades que possuem se mostraram insuficientes e/ou a sua pouca idade funcionou como uma desvantagem num mundo que onde prevalece a lei do mais forte. Assim, a violência, o frio, a fome são alguns dos motivos *por que* as crianças decidiram explorar um recurso à mão ‘reservado’ *a fim de* conseguir abrigo, segurança, conforto, alimentação regular e educação.

Todavia, pudemos perceber que várias são as vezes que as crianças *da rua* abrem mão dessas garantias voltando para a rua e enfrentam novamente aquelas adversidades das quais tinham fugido. E temos apontado alguns dos motivos *por que* as crianças voltam para a rua e, muitos deles, encontrados no modo de funcionamento das organizações acolhedoras. Portanto, a falta de tacto resultante do desconhecimento de métodos de relacionamento com crianças no geral, e das crianças *da rua*, em particular: o abuso de autoridade, os métodos educacionais repressivos, a escassez de actividades extracurriculares, o isolamento e o distanciamento dos educadores podem, isolada ou conjuntamente, constituir elementos expulsivos das crianças.

Nesta parte final, incidimos sobre um objectivo dos centros de acolhimento que é o de possibilitar às crianças o retorno a casa, a chamada reintegração familiar. Vemos aqui, como aquele objectivo, inserido numa lógica de funcionamento dependente de fluxos de financiamento externo e influenciado pelos doadores (pessoa colectiva o singular), acaba por ser a razão (o motivo *por que*) do retorno dalgumas crianças a rua ao invés do retorno a casa, isto é, a saída para rua ao invés da saída da rua.

As lacunas no funcionamento dos centros, que vão desde as insuficiências logísticas à formação de pessoal, passando pela fraca oferta de actividades de formação, são atribuídas a escassez de financiamento das organizações. Porém, todos os directores, ao mesmo tempo que faziam tal atribuição, foram unânimes em dizer que as suas

organizações não dependem exclusivamente dos financiamentos externos caritativos. Possuem doadores permanentes financiando cada criança ou possuem fontes alternativas internas de rendimento que garantem a liquidez financeira das organizações. E não têm a necessidade de desenhar projectos de acção seguindo as “modas” que dominam as agendas internacionais dos financiadores, nem têm de adoptar em seus projectos as terminologias vigentes em cada época como modo de conquistá-los.

*O centro tem um plano e vai de acordo com ele. Tenta conquistar os financiadores para o seu plano. Não pode perseguir os financiamentos, se não amanhã está aqui e depois está noutra linha. (D2)*

*E, as terminologias usadas para referir as crianças da rua têm variado. Mas o facto é que as crianças continuam a ser crianças em situação difícil. Os doadores do centro não têm seguido essas terminologias já que o sistema de financiamento é fixo por criança e não por projecto. (D3)*

Mas também são unânimes os directores ao afirmarem que há ‘outras’ organizações que assim o fazem e conhecem todos as metodologias usadas.

*Os programas financiados dependem do tipo de financiador, da sua filosofia e do tipo de interesse pela criança. E muitas organizações perdem a sua própria filosofia por perseguirem o financiamento. Elas não têm autonomia nos seus projectos, desenham-nos consoante as filosofias financiadoras. (D2)*

*Mas é verdade que há algumas organizações doadoras que exigem que os centros tenham uma actividade ou projecto naquela área como condição de financiamento. Contudo, o nosso centro não procura financiamento junto de tais organizações o que de certa forma tem reduzido as possibilidades de financiamento. (D3)*

Durante a pesquisa alguns discursos, situações e mesmo acções demonstraram-nos que a dependência financeira externa existe e influencia os métodos de trabalho. Como:

*Preciso de tirar fotografias as crianças. E tem de ser hoje. Elas têm de estar bem vestidas. Reúna-as e mande que troquem de roupa. Vistam roupas melhores, que não estejam sujas nem rasgadas. Algumas vão para o campo de basquete, outras para o jardim, e manda algumas para a biblioteca.<sup>121</sup>*

***Mas por que tem de tirar as fotografias?***

*As fotografias são para mostrar aos padrinhos. Todos os anos é a mesma coisa... Devemos fazer fotos para publicar numa revista que é de publicação semestral, é mostrada aos padrinhos, por isso elas têm de estar bem vestidas.<sup>122</sup>*

---

<sup>121</sup> Refira-se que esta biblioteca, embora esteja recheada de jogos, livros infanto-juvenis e não só, é apenas aberta para a realização de aulas de mecânica.

<sup>122</sup> Extracto de uma conversa entre um estagiário e uma colaboradora no centro B.

Este procedimento é já conhecido pelas crianças e elas têm as suas próprias opiniões sobre o mesmo:

*Se ela nos quer tirar uma fotografia que seja aqui. Nós não vamos para o campo de basket coisa nenhuma.* (Criança A)

*Eu detesto essa coisa de tirar fotos... O que pensam que nós somos? Estão a fazer-nos de malucos!* (Criança B)

*Essas fotos são para ganharem dinheiro a nossa custa.* (Criança C)

*Não digas isso. Também tiramos benefícios disso. Com que achas que compram a comida que comemos, os cadernos, as pastas, as roupas e outras coisas?* (Criança D)<sup>123</sup>

A influência da agenda internacional dos doadores das organizações também se reflecte nos objectivos das organizações, principalmente, no que diz respeito a reintegração familiar das crianças ou nas suas metas.

O objectivo principal dos centros de acolhimento é o da reintegração familiar que passa por um processo de reabilitação e educação das crianças. Este objectivo fortemente influenciado pelos direitos da criança explícitos nos primeiros vinte artigos da Convenção de 1989. Aqueles artigos visam garantir, como fim último, a construção da identidade da pertença a uma família própria ou adoptiva que garanta desta forma o desenvolvimento físico e mental pleno da criança<sup>124</sup>.

A partir de 1990, qualquer interveniente na área de apoio a criança tinha de seguir os princípios contidos na Convenção se não quisesse correr o risco de não conquistar os financiadores e doadores, isto antes mesmo de Moçambique a ter ratificado. E a partir daí têm também surgido terminologias/conceitos relativos as crianças em situação social ‘anormal’. E tais terminologias/conceitos deviam e devem ser também do domínio de quem trabalha na área de apoio a criança, sob pena de parecer não qualificado para os objectivos e acções a que se propõem alcançar. Paralelamente, foi na mesma época em que a presença de crianças na rua começa a tornar-se cada vez mais visível em Moçambique. Esta visibilidade tornou a situação de rua um “problema social” que era ‘necessário eliminar’ – retirando a criança da rua. E o governo e ‘organizações da

---

<sup>123</sup> Extracto de uma conversa entre crianças, por nós traduzido.

<sup>124</sup> Convenção sobre os Direitos da Criança, 2006.

sociedade civil' teriam de encontrar soluções com a ajuda (financeira) das agências doadoras e de particulares filantropos.

Ora, se os centros de acolhimento, enquanto organizações, não precisam de desenhar os seus projectos seguindo os objectivos 'internacionais' dos financiadores e nem têm de recorrer as terminologias da moda, eles têm, decerto, de apresentar os resultados das suas acções sociais no final de cada ano ou de cada projecto a quem lhes financia. Pois, pouco ou muito, a continuidade da sua liquidez financeira depende da continuidade do financiamento externo. Daí a necessidade do cumprimento de metas altas de reintegração familiar e social das crianças, por exemplo. E estas metas não se restringe aos centros fechados, incluem-se também os centros abertos – mesmo em situações em que a reintegração não era inicialmente um objectivo preconizado – e chega-se a criar um clima de competição para o lugar do melhor agente de reintegração.

*É como nós. Agora decidiram que temos que reintegrar crianças e temos que apresentar nomes de algumas crianças. Na próxima semana já temos que levar algumas crianças para casa. Isso não vai dar certo. Mas como os chefes querem assim... temos que cumprir metas. (E4)*

*Por isso, deixem-me ir procurar os meus meninos. Espero que a [X] não tenha levado nenhum. Eles têm a mania disso. Tu conversas com uma criança, combinam bem. Às tantas, eles vêm e levam o miúdo para casa. Como eles estão aqui na baixa e os miúdos vão lá para o escritório deles, assim têm mais contactos com eles. Ao conversarem ficam a saber que vocês estão a planear levar o miúdo para casa eles antecipam-se. No final eles têm maior número de reintegração para apresentar. É assim que ganham aquele budget todo. (idem)*

E procuram-se as reintegrações que impliquem custos adicionais que, e por isso, as tornem mais caras, isto é, aquelas que implicam o transporte de crianças para fora da província de Maputo.

*A [X] não está interessada em reintegrar crianças. Principalmente aquelas que vivem aqui em Maputo. Enquanto eles têm um budget muito grande para isso. O que eles querem é ter o escritório sempre cheio de crianças, assim quando aparecem doadores acham que estão a trabalhar com crianças. Eles só reintegram crianças de Gaza e Inhambane. (E4)*

Esta preocupação com metas leva a que se saltem ou ignorem etapas do processo de ressocialização das crianças, do fortalecimento da vontade e da segurança da criança em relação ao retorno a casa. O facto de as crianças estarem ou terem escolhido morar no centro não significa, necessariamente, o desejo ou intenção futura de retornar a casa ou, pelo menos, não num futuro próximo.



*Eu fugi de casa a seis meses. Não quero voltar para casa porque eu não falo com o meu padrasto. Ele me maltrata muito. Eu falo com a minha mãe. As vezes vou lá na banca dela lhe visitar. (R2, 10 anos)*

Este rapaz não queria pensar na possibilidade de voltar para a casa porque, segundo ele, tinha uma relação difícil com o padrasto que o maltratava. Isto mesmo tendo saudades da sua mãe e estando a enfrentar na rua um período de carência alimentar.

Da nossa pesquisa com crianças vivendo na rua, que já tinham vivido em centros de acolhimento, pudemos constatar que todas elas tinha fugido de casa ou do centro depois ou por causa da perspectiva duma reintegração familiar. Elas não se sentiam preparadas para ou não estavam dispostas a viver novamente no lar familiar:

*Eu gostava de morar no centro [A]. Lá é bom. Eu vim para rua porque me levaram para casa. Eu não queria ficar em casa. Eu disse onde eu morava e, então, eles foram chamar minha mãe para vir me levar. Eu não gosto de ficar lá em casa... Agora que eu fui para casa, um dia eu saí lá para as 17 [horas], numa de que vou passear ali na zona do mercado, mas depois andei até no Magoanine. Então depois apanhei chapa e vim para baixa.*

*Eu não quero voltar para casa. Eu só vou convosco para dizer a eles de que estou aqui na rua. (R3, 12 anos)*

*Eu já estive no centro sim. No centro [A] e na Celina. Estive mais tempo no centro [A]. Eu gostaria de voltar para o centro, mas que não me reintegrassem e sim para ficar lá. Eu não quero ser reintegrado. (...) Eu só vou para a casa da minha tia para visitar. Mesmo agora, eu passo fim-de-semana lá. (R5, 11 anos)*

Se há casos de reintegração de sucesso à primeira vez, há também outros tantos em que as crianças não aceitam ou não conseguem estar em casa por muito tempo. As crianças da rua estão na rua por diversos motivos. Algumas por razões pontuais como o delito, o furto, pela simples curiosidade pela vida na rua que as leva a passar muitas horas, ou por um passeio longo e prolongado que origina o receio pelas medidas correctivas severas que poderão ser tomadas pelos pais e/ou encarregados de educação e as leva a não retornarem a casa, por exemplo.

*Quando eu saí de casa ninguém me fez nada. Eu fugi (...) Fugi porque fiz algo errado em casa. Quando saí de casa não sabia para onde ia. Fui dar a baixa e encontrei rapazes e fiz amizades. Fiquei lá a brincar com eles. Eles ensinaram-me como arranjar dinheiro. (A5)*

Outras crianças vivem na rua por razões relativamente mais profundas que têm origem na estrutura e relações familiares. No primeiro caso, as crianças vêm na pessoa do educador ou no centro um mediador para o seu retorno a casa sem repressões. No

segundo caso, o retorno a casa não é simples. É um processo de aceitação da situação social da família, de readaptação social, de reconstrução de laços e até de resolução do problema que esteve na origem da saída de casa. Este processo pode não chegar a bom termo apenas através de visitas mensais ou bimensais. E não depende apenas da criança, mas também dos outros membros da família, do apoio dos educadores e do tempo (indeterminado) necessário a cada criança, pois cada uma é um caso.

Estipular prazos para a reintegração da criança em termos de 12 ou 18 meses e o número de visitas que esse período implica pode não ser eficaz para uma reintegração bem sucedida. Por maior que seja o envolvimento da criança, dos membros da família e o interesse do centro de acolhimento, a permanência da criança poderá não ser definitiva se o elemento expulsivo permanecer no seio da família.

*Eu não posso ser reintegrado porque é como sair do sofrimento da rua para outro sofrimento de casa. (A3)*

E a possibilidade da continuidade desses elementos é conhecida pelos intervenientes.

*Então, se uma criança volta para casa, porque ela concorda e a família também está receptiva, mas o elemento causador da fuga volta aparecer há uma probabilidade da criança voltar a rua. A criança só fica, se aquele elemento se mantiver lá, e a criança tenha capacidade de resiliência. Só assim ela poderá continuar lá mesmo na adversidade. Mas se isso não acontecer ela volta [para a rua]. (D1)*

Contudo, no geral, nada é feito para se descobrir qual terá sido esse elemento expulsivo e se ainda permanece no seio da família. A acção limita-se à conselhos básicos que se dão a todas as crianças quando retornam a casa:

*Nós tentamos instruir as nossas crianças sobre o modo como ela deve agir se o elemento desestabilizador continua. Então nós aconselhamos a criança para em caso de violência ela procurar apoio numa igreja, por exemplo, apoio na vizinhança. Ela tem assim mais suporte familiar externo do que interno. (D1)*

Na base deste procedimento está a ideia de que ela terá de aprender a enfrentar os seus próprios problemas e não fugir deles. *A criança tem que saber fugir a estas situações de mal-estar sem sair de casa. Porque a criança da rua tem esse problema de fuga constante. Começou por fugir de casa para rua, se tem um problema num grupo foge para outro, depois foge da rua. Eles nunca resolvem o problema deles; eles sempre andam fuggitivos. Então, ele tem que voltar e desenvolver essa habilidade de resolver os seus problemas, confronta-los e não andar fuggitivo. (D1)*

Isto resulta da tendência geral de se ver nas crianças pequenos adultos e/ou que devem começar a ter responsabilidades pelos seus actos e se tornarem capazes de ‘enfrentar a vida’. Esta atitude é baseada numa percepção exagerada sobre as capacidades de adaptação, de cura, de regeneração, etc., traduzidas em expressões como: “é uma criança... vai esquecer com o tempo”, “vai aprender”, “isso vai passar”, “as crianças são espertas”, “elas adaptam-se facilmente, não são como os adultos”, “os pepinos torcem-se de pequenos” ou (pseudo-cientificamente) “elas são resilientes”.

E, deste modo, não se vêem indivíduos em desenvolvimento que necessitam de acompanhamento, apoio e incentivo dos adultos. Embora, as crianças *da rua* tenham de aprender a sobreviver e a defenderem-se de forma abrupta e em pouco tempo e acumularem experiências (que lhes podem ser úteis em outros meios sociais), elas não são tão fortes como se pode pensar ou como tentam parecer. Elas continuam a ser crianças com a fragilidade e ingenuidade que lhes são características e necessitam de adultos que as ajudem ou que solucionem os problemas que as afligem. Por outro lado, os intervenientes não têm em consideração a necessidade que algumas crianças podem ter de (re)encontrar um lugar, um papel e importância no seio da família de que se afastaram, quer em relação aos pais, padrasto ou madrasta quer em relação aos outros membros da fratria. Para que uma criança comece a equacionar o regresso a casa é preciso, segundo Lucchini, que ela reorganize o seu sistema identitário. *Isto significa que ela deve encontrar ou reencontrar referências pessoais que lhe permitam projectar-se num futuro sem a rua*<sup>125</sup>.

Outro aspecto a ter em conta é que o retorno a casa pode também comportar o receio da não-readaptação à vida no seio de uma família. Na rua, as crianças são donas do seu tempo e das suas vontades; no centro, mais não fazem do que estudar, brincar e fugir a supervisão dos educadores sempre que podem. Voltar para casa, significa também submissão às regras (por vezes, muito rígidas) e a obediência aos pais e a todos os membros, relativamente, mais velhos da família. Isto faz com que elas receiem não serem capazes de satisfazer as expectativas criadas em relação a sua mudança de comportamento.

---

<sup>125</sup> Lucchini, 2003: 30.

Assim, as crianças regressadas que não têm interesse em viver definitivamente com as famílias ou que não estão preparadas para tal, retornam a rua passado o período de euforia familiar pelo seu regresso e a medida que a rotina se instala. O retorno a rua nem sempre é pelo gosto da aventura que a vida na rua representa, mas pela impossibilidade ou dificuldade de continuar em casa. E porque, uma vez que a criança é levada para casa, o centro já não a acolhe de volta se a reinserção não ocorrer de forma positiva. A esta recusa do centro é, como já dissemos, justificada pelo princípio de que o menino ou menina deverá aprender a viver em família e a enfrentar os problemas nela existentes.

As crianças que permanecem em casa, mesmo tendo a sua questão familiar para enfrentar, têm muitas vezes de pesar os benefícios e os custos. E, algumas vezes que não são poucas, motivos como o gosto pela escola e vontade de ter uma formação, e quando a continuidade dessa educação ou formação depende da sua permanência em casa, a criança aceita o preço a pagar. Disto resulta que há crianças que passam maior parte do tempo no centro, onde vão a escola, realizam pequenas tarefas e têm direito a alimentação. Só regressam a casa no final do dia.

*Eu venho aqui para umas actividades. Tenho aulas de mecânica. (B1)*

E B3 diz que *gostaria de ser desenhador porque acho que tenho esse dom de desenhar. Eu fico em casa porque, epah, aqui no centro dizem de que eu tenho que ficar lá. Enquanto meu padrasto não gosta de mim. Já, como aqui no centro quando você vais para casa não aceitam mais para voltares, eu estou a ficar em casa.*

Aliás, foi a vontade de estudar que levou, anteriormente, B3 a procurar um centro de acolhimento onde se encontra. Mas nem todas as crianças podem, depois de feita a escolha de ficar em casa, continuar a contar com o centro, pelo facto de nem sempre haver actividades para oferecer-lhes: *Trabalhávamos na manutenção, mas disseram-nos para parar. Há rapazes que trabalhavam aqui e que já estavam em casa e que agora já estão sem trabalho. Já não vêm... (A5)*

Quando as crianças percebem a permanência em casa e o “problema” familiar como um preço muito elevado, elas partem para a rua. E há que considerar, em meio a estas questões, que para uma criança que passou vários anos fora da família (na rua e/ou no centro), esta última pode já não constituir uma alternativa real. *The obvious difference between the youth's and institution's agenda is about re-integration into familiar: he does not see it anymore as an alternative to the street, let alone the opposite, while the*

*underlying discrepancy is that of the superiority of our view over theirs*<sup>126</sup>. Esta possibilidade também não é levada em conta pelos centros.

*Nós falhamos muito, muito mesmo. Estamos preocupados em atingir metas, objectivos e não nos perguntamos sobre o que as crianças sentem, querem ou pensam. Não procuramos saber o que elas acham do que estamos a fazer com elas.* (E4)

Uma vez na rua, ela inicia a busca de um novo centro para a continuidade da sua educação, a garantia de protecção que aquele representa. Tem-se, desta forma, crianças a circularem de um centro para o outro, ‘fugindo’ a reintegração. Nessa trajectória, vai crescendo em algumas crianças um sentimento de desconfiança em relação aos centros e aos seus critérios para a reintegração. A percepção que têm é de que há clientelismos e nepotismo em relação a reintegração, discriminação e incapacidade de lidar com elas:

*O que eu não gosto aqui no centro? Há jovens que já passaram da idade de estar aqui no centro, mas não são reintegrados porque são conhecidos. Só reintegram os mais pequenos e não devia ser assim.* (A2)

*Aqui no centro só gosta de reintegrar, sem objectivo. Não olham para as condições das famílias. Eles reintegram mesmo com poucos meses. Quem decide são os educadores, se eles gostam de ti ou não, não como o centro diz para fazer. Até crianças pequenas, basta você mostrar a tua casa.* (A3)

*Eu era muito teimoso, muito malandro. Brincava muito. Até acho que é por causa disso que me reintegraram logo.* (B3)

Esta desconfiança leva a que algumas crianças, simplesmente, deixem de procurar os centros de acolhimento enquanto alternativa à rua ou, como no caso do R4, retornem ao centro com objectivos bem específicos:

*Eu vou dez em quando para o centro, mas não gosto de ficar lá. Vou para visitar os meus amigos, fui eu que levei alguns dos que estão lá. Passo lá um tempo depois eu volto para a rua.*

Ou com diz D2: *No princípio a criança vinha ficava pouco tempo, e voltava para a rua quando já tivesse roupa nova. Nessa altura também havia roubos.*

Ou ainda: *elas vinham aqui ao centro para arranjar roupa nova ou para um abrigo temporário, quando estivessem com dificuldades ou problemas com os outros.* (D3)

Portanto, o recurso às instituições (e aos programas de assistência) passa a ser puramente utilitário, fruto de um cálculo. *As instituições são simplesmente utilizadas pelas crianças para obter a bom preço alojamento e alimentação. A criança não têm*

---

<sup>126</sup> B. Turnbull Plaza (1998), citado por Lucchini, 2003: 42

*intenção de deixar a rua e a residência na instituição é, para ela, um período de relaxamento*<sup>127</sup>.

\*\*\*

Vimos aqui como um dos grandes objectivos dos centros de acolhimento fechado entra em choque, ou seja, não se concilia, muitas vezes, com os objectivos das crianças. A criança pensa sair da rua para viver no centro, mas o centro procura que ela retorne a casa. E, quando não se lhe coloca outra alternativa, ela foge para a rua. Ora, deixar a rua em direcção a um centro, inserido num contexto de exploração de recursos comporta menos incertezas e desafios do retorno a casa. O retorno a casa não é, pois, um processo que, quando acompanhado, possa ser baseado em preconceitos, atitudes e discursos redutores. Segundo Lucchini, para que se possa falar em intenção ou tentativa de retorno a casa (a partir da rua ou do centro) é necessário que a criança manifeste vontade através de acções concretas. Entre estas encontram-se os pedidos reiterados junto do profissional que a acompanha ou junto de outro adulto de referência para ser acompanhada para casa.

As modificações do comportamento da criança são também indicadores da sua intenção de deixar a rua como a crítica directa a camaradas que se comportam como criança *da rua*; uma ansiedade acrescida na criança quando se evoca com ela o seu regresso a casa. A intenção de retorno manifesta-se também por comportamentos inéditos tais como a reserva de vestuários e outros bens para utilizar mais tarde em casa.<sup>128</sup> A criança identifica-se já com papéis e práticas que não pertencem ao mundo da rua. O regresso a casa tem de ser preparado, tornado credível e, portanto, ser mais do que um simples desejo de deixar a rua. A saída da rua, a reintegração social, não constitui uma situação que a criança pode ultrapassar sozinha. Neste sentido, projectos de reintegração social pouco ambiciosos em relação ao bem-estar psicossocial das crianças *da rua*, e/ou projectos que mais não sejam do que um mecanismo de angariação de fundos para a sobrevivência da organização e dos seus funcionários estão longe de alcançar resultados maioritariamente positivos e de evitar o retorno das crianças à rua e a sua circulação de um centro para outro.

---

<sup>127</sup> Lucchini, 2003: 46

<sup>128</sup> *Ibidem*: 47

## 8. Considerações Finais

Ao longo desta dissertação, procuramos perceber por que as crianças recorrem aos centros e por que algumas delas retornam a rua. O nosso objectivo era analisar como se estabelecem as relações entre as crianças e os centros de acolhimentos partindo da percepção das suas vivências na rua e nos centros. Partimos do pressuposto de que os motivos (baseados nessas vivências) que levam as crianças da rua afluírem aos centros de acolhimento diferiam daqueles pelos quais aqueles foram criados e elas permaneceriam neles se e na medida em que houvesse uma conciliação entre os seus objectivos e aqueles perseguidos pelos centros.

Pudemos perceber que o modo de estar na rua das crianças influencia o modo de exploração da mesma enquanto espaço público e o relacionamento com os outros utentes e com os intervenientes do apoio a criança *da e na rua*. O que, por sua vez, define a vida das crianças. Embora as crianças estejam na rua e vivam a rua de maneira diferente, a sua presença e permanência passa pela ocupação e criação de território. Elas, usando as palavras de Pinto, conquistam um território de forma a atribuir significação para o espaço (com diferenciação em “casa”, espaço de lazer e espaço de trabalho), transferir significados e instituir autoridade. Elas conquistam mais do que um lugar para dormir (no caso das crianças *da rua*), tornam-no num lugar onde se empenham em defender a vida<sup>129</sup>. O lugar concebido socialmente como espaço público passa a ter um sentido particular – torna-se propriedade de significação particular –, embora permaneça na sua condição inicial para a maior parte das pessoas<sup>130</sup>.

Nesta defesa da vida, o centro de acolhimento constitui um recurso à mão que a criança sabe que pode fazer uso se e quando necessitar quando os outros recursos, necessários a sua sobrevivência, não estiverem disponíveis ou as suas habilidades e competências não forem suficientes para garantir o acesso ou manutenção dos mesmos. E as crianças *da rua* são as que mais recorrem a este tipo de recursos e quase exclusivamente recorrem aos centros fechados pois a rua coloca-lhe mais

---

<sup>129</sup> Pinto, 2001: 88

<sup>130</sup> Ibidem: 93

desafios de sobrevivência. A exploração deste recurso (centro) pode ter várias dimensões. A criança pode decidir simplesmente explorar a relação com os educadores dos centros mantendo-se na rua, escolher frequentá-lo mais ou menos com frequência ou residir nele mantendo uma relação de confiança ou utilitária conforme as suas motivações. Entre as crianças abrangidas por este estudo, o recurso ao centro é derivado da necessidade de encontrar abrigo, segurança, alimentação quando elas se sentem incapazes de, por si só, garanti-los ou em situações cuja satisfação das mesmas não é possível consegui-la na rua, como é o caso da educação formal. Estas necessidades constituem os seus motivos *a fim de*. Neste sentido, dizemos que os motivos *por que* são o frio de inverno, a fome, a violência/insegurança que enfrentam na rua.

Os centros de acolhimento pretendem-se intermediários do regresso a casa, incentivando o abandono da rua. Mas sem antes transmitirem as crianças um conjunto de modelos comportamentais, habilidades e competências para a vida, socialmente aceite em comunidade, que se crêem já perdido pelas crianças durante a sua permanência na rua. Porém, pudemos perceber que existem nestes centros elementos que jogam em desfavor desse objectivo acabando por expulsar algumas crianças, mesmo quando há conciliação entre os interesses das crianças e dos centros. O mais notável é facto de existirem nestes centros não apenas educadores sociais em menor número do que o necessário, mas também, e sobretudo, com insuficiências em termos de competência pedagógica derivada da escassa ou falta de formação na área de educação de crianças, da psicologia comportamental, e de auto-informação sobre as crianças (sobre a proveniência, trajectória, problemas, traumas, necessidades).

E acrescenta-se a estas lacunas a atitude preconceituosa e reducionista que aborda a criança apenas como um indivíduo desviante e não problematiza a interacção entre aquela e o meio em termos identitários e de representações ou de experiências vividas que se constituem em conhecimento útil e pragmático. Tomando a criança como tábua rasa. Isto resulta numa relação distante, não personalizada, autoritária, baseada em modos repressivos – fazendo reviver a violência experimentada na rua e o sentimento de impotência face a mesma – e de normalização da criança que



causam descontentamento, inconformismo e afastamento que leva, nalguns casos, a fuga dos centros.

Há irreconciliação entre o que as crianças procuram nos centros e o que estes oferecem, baseados (ou até contrariando) nos seus objectivos que acaba por constituir-se no motivo *por que* dos mesmos. Se, por um lado, aquelas encontram neste o abrigo, a segurança, a alimentação e educação formal que procuram, por outro lado, não encontram a protecção expressa em proximidade afectividade e confiança na pessoa do adulto e não se identificam com os métodos (repressivos) que visam reabilitá-las moral, social e psicologicamente, gorando as suas expectativas. Mas, a maior irreconciliação é em relação ao objectivo final dos centros que é a reintegração familiar das crianças. Isto porque nem sempre as crianças procuram os centros com o objectivo de retornarem a casa. A saída da rua ainda não significa para elas o retorno a casa. E, se no momento em que esta hipótese é colocada ela não sente essa necessidade ou não se sente preparada, gera-se um conflito e a criança inicia uma ponderação de custos e benefícios. O que se pôde notar é que quando o retorno a casa é imposto a criança sente-se traída e abandonada pelo centro e, se a permanência em casa custar-lhe mais, do seu ponto de vista, do que os riscos que pode correr na rua, ela retorna para rua fugindo do centro ou novamente de casa.

Portanto, vai havendo cada vez mais crianças que desconfiam dos objectivos dos centros, dos seus educadores e dos seus métodos que leva a que passem a manter somente uma relação utilitária com os mesmos, usando-os como um lugar de estadia temporária e vão circulando de um centro ao outro alternando-os no tempo já que o regresso ao mesmo nem sempre é permitido. Este movimento, contrário a intenção dos centros de retirar as crianças das ruas, coloca aos intervenientes a necessidade de rever os seus métodos e filosofias passando a ter em conta que cada criança é um caso e a saída da rua e/ou o retorno a casa não se improvisa.

A saída da rua/o retorno a casa é um processo que se prepara segundo as especificidades das crianças, os motivos de saída de casa, os motivos de ida para os centros, o significado de retorno a casa, a percepção dos custos e benefícios desse retorno que a criança possa ter, por exemplo. E leva o seu tempo, que não coincide

com a periodicidade dos relatórios de desempenho. A recomendação da Acção Social é de que a institucionalização deve ser transitória e em último recurso<sup>131</sup>, porém, pensamos que, uma vez institucionalizada, tem de ser respeitado o tempo que a criança necessita para a reformulação dos seus quadros de referências e reconstituição do seu lugar na família e na comunidade que lhe permitam visualizar um futuro sem a rua.

Abordamos, neste estudo, as vivências das crianças *na/da rua* na rua e nos centros na perspectiva da Sociologia Fenomenológica. Recorrer a esta perspectiva permitiu-nos alcançar as suas experiências quotidianas, o que, por sua vez, possibilitou-nos caminhar no sentido da compreensão (de uma) das dinâmicas complexas que operam nas suas vidas sem termos a pretensão de alcançar a sua totalidade ou fazer generalizações. O que, por conseguinte, nos possibilitou perceber que o abandono dos centros de acolhimento, por parte das crianças, não resulta (apenas) de um carácter libertino e rebelde moldado pela pressuposta convivência num meio social sem regras e violento, mas resulta (também), e sobretudo, da interacção social que ocorre naqueles espaços. E foi possível ir além de uma atitude redutora que olha a criança apenas como desviante (produto de uma comunidade pobre e moralmente degradado), caracterizada psicossociologicamente como agressiva, imediatista, mal-educada e anti-social.

E pensamos que abordar o movimento das crianças em termos de motivações, permitiu-nos perceber que há diversidade das mesmas e esta pode ser colocada em termos de heterogeneidade psicossociológica da própria criança *na/da rua*. Esta heterogeneidade é relevante na compreensão deste grupo social pois reflecte-se na relação e na identificação da criança tanto com a rua como com tudo o que não é rua. E, ao incidirmos sobre as crianças, desta forma, não apenas em termos de pobreza, esperamos contribuir na construção da reflexão contemporânea sobre a criança *da/na rua*, sobre a infância e a realidade social. Pois comungamos da ideia de que as crianças (enquanto geração activa) constituem uma porta fundamental para a compreensão da realidade social e, portanto, merecendo um lugar próprio na sociologia a semelhança de outros fenómenos constituintes da realidade social.

---

<sup>131</sup> Estratégia da Acção Social Sobre a Criança, 1994: 4.

## Referências Bibliográficas

- Abrahamson, Hans & Nilsson, Anders (1998) *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Goteborg-Chalmer.
- Abrunhosa, Maria Antónia e Leitão, Miguel (1989) *Introdução à Psicologia*. Porto – Edições ASA, 5ª edição, Vol. I.
- Bourdieu, Pierre (1993) *La Misère du Monde*. Paris- Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa- Difel.
- Bulgarelli, Reinaldo – “*Quando Estamos na Rua- O Que Acontece na Rua? A Abordagem*”. In: FUNABEM, UNICEF e SAS (Outubro de 1987) “*É Possível Educar na Rua*”. R. Janeiro – Coordenadoria de Comunicação Social.
- Capucha, Luís (2005) *Desafios da Pobreza*. Oeiras- Celta, 2ª edição.
- Cezne, Irene (1992) *Criança da Rua: O Que Fazer*. Maputo – SEAS, Série Orientações nº3.
- Deaux, Kay & Ethier, Kathleen A - *Negotiating Social Identity*. In: SWIN, Janet K. & STANGOR, Charles (ed.) (1998) *Prejudice. The Target's Perspective*. Califórnia – Academic Press.
- Ennew, Judith - *Parentless Friends: A Cross-Cultural Examination of Networks amongst Children and Youth*. In: Nestmann, F. and Humelmann, K. (eds.) (1994) *Social Networks and Social Support in Childhood and Adolescence*. Berlin- Walter de Gruyter.
- Ferreira, J. M. e tal (1995) *Sociologia*. Lisboa – McGraw Hill.
- Ferreira, Rosa Maria F. (1979) *Os Meninos da Rua: Expectativas e Valores de Menores Marginalizados em São Paulo*. S. Paulo – Comissão de Justiça e Paz.
- Fleming, Manuela (1993) *A Adolescência e Autonomia: O Desenvolvimento Psicológico e a Relação Com os Pais*. Porto – Afrontamento.
- Freund, Julien (1970) *Sociologia de Max Weber*. R. Janeiro - Forense.

Gakuru, Octavian, Kariuki, Priscilla & Bikuri, Kennedy - *Children in Debt: The experience of Street Children in Nairobi*. In: Lugalla, Joe & Kibassa, Colleta (eds) (2002) *Poverty, AIDS and Street Children in East Africa*. United Kingdom - The Edwin Mellen Press.

Glauser, B. - *Street Children. Deconstructing a Construct*. In: James, A. and Prout, A. (eds.) (1990) *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. London- Falmer, pp. 138-156.

Goffman, Erving (1988) *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. R. Janeiro- Guanatera 4ª ed.

\_\_\_\_\_ (1975) *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*. Petrópolis – Editora Vozes

Habermas, Jurgen (1978) *L’Espace Public*. Paris-Payot

Hamilton, David L. (1980) *Correlações Ilusórias e a Manutenção de Crenças Estereotípicas*. In: Garcia-Marques, Teresa e Garcia-Marques, Leonel (2003) *Estereótipos e Sua Influência no Processamento de Informação*. Lisboa – ISPA

Hanlon, Joseph (1998) *Mozambique-Who Calls The Shots?* Great-Britain - Indiana University Press.

Jovchelovitch, Sandra (2000) *Representações Sociais e Esfera Pública*. Petrópolis – Vozes.

Lewis, Oscar (1979) *Os Filhos de Sanchez*. Lisboa- Moraes Editores, 2ª edição.

Lugalla, Joe & Kibassa, Colleta (eds) (2002) *Poverty, AIDS and Street Children in East Africa*. United Kingdom- The Edwin Mellen Press.

Kopoka, Peter -*The Problem of Street Children in Africa: An Ignored Tragedy*. In: Lugalla, Joe & Kibassa, Colleta (eds) (2002) *Poverty, AIDS and Street Children in East Africa*. United Kingdom- The Edwin Mellen Press.

Meninos De Moçambique (2000) *Estudo Sobre Conhecimentos, Atitudes e Práticas em: Sexualidade, DTS, SIDA, Preservativo e Planeamento Familiar*. Maputo – s/n.

MICAS, CVM, ARCS (1997) *A Criança da Rua e os Centros de Acolhimento – Um Estudo de caso nas províncias de Maputo e Cidade, Sofala e Zambézia*. Maputo – MISAU.

Muianga, Lucena (1992) *As Relações Sociais da Criança da Rua: Perspectiva de Integração*. Maputo – Instituto Superior Pedagógico.

(Dissertação apresentada no cumprimento dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura).

Pedroso, João e Silva, Teresinha da – *A Justiça de Menores*. In: Santos, Boaventura de Sousa e Trindade, João Carlos (2003) *Conflitos e Transformação Social- Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Lisboa – Afrontamento, Vol.1, p. 449-474.

Ritzer, George (1992) *Sociological Theory*. USA- McGraw Hill, 3<sup>th</sup> edition.

Rocher, Guy (1989) *Sociologia geral – A Acção Social*. Lisboa – Editorial Presença.

Rwomire, Apollo (ed.) (2001) *Social Problems in África: New Vision*. London- Praeger.

Sales, Francisca e Maússe, Miguel (2000) *A Criança da Rua: Sobrevivência Difícil. Análise da Situação Actual da Criança da Rua. Estratégias de Prevenção e Redução do Fenómeno*. Maputo- INAS.

Save The Children (2003) *Criança em Conflito Com a Lei*. Maputo – Save The Children Norway.

Schutz, Alfred - *Fenomenologia e Relações Sociais*. In: Wagner, Helmut (org.) (1979) *Textos Escolhidos de Alfred Schutz*. R. Janeiro – Zahar Editores.

Schutz, Alfred (04/1954) *Concept and Theory Formation in the Social Science*. The Journal of Philosophie, Vol. LI, nº9. In: Halfpenny, Peter and McMylor, Peter (1994) *Positivist Sociology and its Critics*. Cambridge- University Press, Vol II.

Scully, Maura (2000) *Street Girls of Maputo*?. Dublin- Development Studies Centre.

Sebastião, João M. G. (1998) *Modos de Vida Marginais e o Caso das Crianças de Rua de Lisboa*. Oeiras – Celta

Sen, Amartya (1999) *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa – Grádiva, Coleção Trajectos.

Serpa, Ângelo (2007) *Espaço Público na Cidade Contemporânea*. Bahía – Contexto

Sogge, David (1997) *Moçambique: Perspectivas a Ajuda ao Sector Civil*. Amesterdão – GOM.

Wagner, Helmut (1979) *“Textos escolhidos de Alfred Schutz*. R. Janeiro - Zahar Editores.

Wiehler, Simeon - *An Examination of the Pull Factors affecting Kampala’s Street Children and the Shape of Comprehensive Solution*. In: Lugalla, Joe & Kibassa, Colleta (eds) (2002) *Poverty, AIDS and Street Children in East Africa*. United Kingdom - The Edwin Mellen Press.

## Artigos

Campos, Pedro H. F. (Jan/Mar/1999) *Representação do Trabalho em Educadores e Meninos de Rua – Um Estudo na Fronteira entre a Educação pelo Trabalho e a Educação Social de Rua*. In: Estudos V.26 nº1/2,. Goiás – Revista da Universidade Católica de Goiás.

Lucchini, Riccardo (2003) *Carreira, Identidade e Saída da Rua: O Caso da Criança da Rua*. In: Infância e Juventude nº1. Lisboa – Instituto de Reinserção Social.

\_\_\_\_\_ (2000) *A Criança da Rua: realidade complexa e discursos redutores*. In: Infância e Juventude nº1. Lisboa – Instituto de Reinserção Social.

\_\_\_\_\_ (1997) *Desviança e Crianças da Rua na América Latina. Os Limites de uma Abordagem Funcionalista*. In: Infância e Juventude nº1. Lisboa – Instituto de Reinserção Social.

\_\_\_\_\_ (1993) *A Investigação Com as Crianças da Rua na América Latina. Reflexões Metodológicas*. In: Infância e Juventude nº4. Lisboa – Instituto de Reinserção Social.

\_\_\_\_\_ (1990) *Identidade e Sobrevivência: As Crianças e a Rua no Brasil*. In: Infância e Juventude nº 3. Lisboa – Instituto de Reinserção Social.

Saramago, Sílvia S. S. (2001) *Metodologias de Pesquisa Empírica Com Crianças*. In: Sociologia – Problemas e Práticas nº 35. Oeiras – Celta Editora.

Sarmiento, Jacinto M. (2000) *Sociologia da Infância: Correntes, Problemáticas e Controvérsias*. In: Revista Sociedade e Cultura nº2. Braga – Universidade do Minho, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol. 13 (2).

Vilaça, Helena e Guerra, Paula (2000) *Um Espaço Urbano Enquanto Contexto Específico de Dinamismo Associativos: O Caso das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira*. In: Sociologia nº 10. Porto – Faculdade de Letras da UP, pp.79-130.

### **Relatórios e outros Documentos**

Conselho De Ministros – RESOLUÇÃO Nº12 DE 9 DE ABRIL. Moçambique – Imprensa Nacional.

DPMCAS (Sofala, Manica e Tete) e HANDICAP (2004) *Guião de Atendimento a Criança Órfã para as Famílias*. Maputo – Tipografia Globo

MICAS e Aliança Save The Children e UNICEF (1999) *Convenção dos Direitos da Criança*. Moçambique.

Ministério da Coordenação da Acção Social (06/1994) *Estratégia da Acção Social Sobre a Criança*. Maputo – Moçambique.

Ministério da Mulher da Coordenação e da Acção Social (1999) *A Implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança*. Maputo – Moçambique

PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005). Documento de Estratégia e Plano de Acção para a Redução da Pobreza e Promoção do Crescimento Económico. Maputo – MPF

PNUD (1997) *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Lisboa - Trinova.

*Street and Working Children. Guide to Planning*. London - Save the Children, Development Manual nº4.

UNICEF e Ministério da Mulher e da Acção Social (10/2006) *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Moçambique.

### **WEBSITES**

Cosgrove, John (1990) *Towards a Working Definition of Street Children*. In: International Social Work, Vol. 33, pp. 185-192. Disponível em: [www.sagepub.com](http://www.sagepub.com), em Março/2009

*FENOMENOLOGIA*. Disponível em: [www.cobra.pages.nom.br/fenomeno.html](http://www.cobra.pages.nom.br/fenomeno.html), em Abril/2007

Lusk, M. (1992) *Street Children of Rio de Janeiro*. In: International Social Work, Vol.35 (3) pp. 293-305. Disponível em: [www.sagepub.com](http://www.sagepub.com), em Março/2009

Soares, Edvaldo (s.d.) *Fenomenologia*. Disponível em: [www.intermega.com.br/logicaepistemologia/edvaldosoa/fenomenol.htm](http://www.intermega.com.br/logicaepistemologia/edvaldosoa/fenomenol.htm), em Abril/2007

Tavares, Fátima R. G. (s.d.) *Schutz e Simmel: sobre os dilemas da condição social do 'estrangeiro'*. Disponível em: [www.facha.edu.br/publicações/comum/comum17/doc/schutz.doc\\_](http://www.facha.edu.br/publicações/comum/comum17/doc/schutz.doc_), em Abril/2007

UNICEF (2002) *The State of the World Children, 2003*. Disponível em: [www.unicef.org](http://www.unicef.org), em Maio/2009

\_\_\_\_\_ (2005) *The State of the World Children, 2006*. Disponível em: [www.unicef.org](http://www.unicef.org), em Maio/2009.



## **ANEXOS**

## **Anexo 1**

### **Guião de entrevista – conversa com as crianças internadas**

#### **Temas a abordar:**

1. A vida na rua.
2. A vida no centro em que actualmente vive.
3. Passagem por outros centros.
4. Ideia de centro ideal ou mais agradável.

### **Guião de entrevista – conversa com as crianças da rua**

#### **Temas a abordar:**

5. A vida na rua.
6. Passagem por outros centros.
7. Ideia de centro ideal ou mais agradável.

## Anexo 2

### Guião de entrevista – Educadores

#### Questões

1. Há quanto tempo trabalha como educador? E há quanto tempo trabalha neste centro?
2. Como tem sido o seu trabalho com as crianças aqui no centro?
3. Como caracteriza as crianças provenientes da rua (aspectos positivos e negativos)?
4. Com que crianças têm mais dificuldades em trabalhar (crianças da rua ou da comunidade? Porquê?
5. Qual tem sido a sua atitude em relação esse grupo mais difícil?
6. Tem ocorrido casos de fuga de crianças para a rua?
7. Qual tem sido o tratamento dado a esses casos?
8. Já teve alguma formação na sua área, desde que aqui trabalha? Quantas? Quando?
9. Se não. Achas que necessita de alguma formação? Porquê?

## **Anexo 3**

### **Guião de Entrevista - Directores dos Centros de Acolhimento**

#### **Dados da Organização**

Data de Fundação

Fundadores

Nº de educadores sociais

Nº de crianças internadas

Nº de crianças provenientes da rua

#### **Questões**

1. Como tem sido o seu trabalho com as crianças da rua?
2. Como é que elas chegam ao centro?  
(por iniciativa própria ou convidadas)
3. Como caracteriza as crianças da rua internadas no centro?  
(aspectos positivos e negativos)
4. Tem ocorrido casos de fuga? Quais as medidas tomadas nessa situação?
5. Qual o grupo de crianças que mais foge: as convidadas ou as voluntariamente internadas?
6. Como tem sido o fluxo de financiamento ao longo dos anos de existência do centro?  
(Verificar as fontes, variação da vocação do centro, e influência dos diferentes conceitos de criança ajudada sobre o fluxo de financiamento)

## Anexo 4

### Moçambique no Continente Africano



Fonte: [www.makonde.no.sapo.pt/cultura\\_localizacao.html](http://www.makonde.no.sapo.pt/cultura_localizacao.html)

## Anexo 5

### Moçambique



Fonte: [www.souturista.com.br/viagem/mapademocambique.htm](http://www.souturista.com.br/viagem/mapademocambique.htm) em 20/05/2008

## Anexo 6

### Localização das crianças da e na rua na cidade de Maputo



Fonte: [www.fernando-martins.eu/imagens/maputo/](http://www.fernando-martins.eu/imagens/maputo/)

Legenda

- Crianças da rua
- Crianças na rua
- Crianças na e da rua

## CURRICULUM VITAE

---

NOME: Eurice Agnela Mauluquela  
NACIONALIDADE: Moçambicana  
DATA DE NASCIMENTO:  
ESTADO CIVIL: Solteira  
CONTACTOS: Rua Possidónio da Silva nº66, 3ºesq, 1350-248, Lisboa  
Telefone: 960104681  
E-mail: annyagnela@yahoo.com  
LÍNGUAS: Português, Inglês, Changana

## EDUCAÇÃO

---

2008/2009: Mestranda em Estudos Africanos: análise e gestão do desenvolvimento social e económico (ISCTE).  
2005: Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.  
2002: Bacharel em Ciências Sociais pela Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS) da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.



1997

Ensino Pré-Universitário Escola  
Secundária Francisco Manyanga, Maputo.

## EXPERIÊNCIA

---

### **Pesquisa:**

- 2007: Assistente de Campo no Estudo do Perfil das Comunidades em Relação as Práticas de Higiene e Saneamento nos Bairros de Laulane, Mahotas e Hulene A e B, no âmbito dos Processos de Participação Pública sobre Sistemas de Abastecimento de Água Potável na Periferia da Cidade de Maputo. Sob a direcção de Impacto.
- 2006: Assistente Intermédia de Investigação do Estudo de Impacto Ambiental da Linha Feira Moatize-Nacala-à-Velha do Porto de Moatize-Nacala-à-Velha, Nampula sob direcção de Diagonal Brasil e Impacto.
- 2005: Técnica de Investigação na ECSI- Estudos, Consultoria, Sondagem e Imagem, SARL

### **Seminários**

---

- 2009: “África e a Crise Internacional”,  
3º Seminário Internacional RDP África. Co-organizado pelo Centro de Estudos Lusófonos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Maio de 2009.

- “Normas, Desvio e Identidade Social”**,  
Seminário de Estudos Pós-Graduados (Psicologia), a cargo de José M. Marques, da Universidade do Porto, Instituto de Ciências Sociais de Universidade de Lisboa (ICS-UL), Fevereiro de 2009.
- 2007 **“A Europa e África num Mundo Multipolar.”**  
XXV Conferência Internacional de Lisboa. Dezembro de 2007. Iniciativa do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).
- 2006 **“Crianças Infectadas e Afectadas por HIV/SIDA”**  
Seminário organizado no âmbito do projecto School Without Walls, Southern African Training. Outubro de 2006.
- 2005 **“Avaliação e Monitoria em Organizações Comunitárias de Base”**  
Seminário organizado no âmbito do projecto School Without Walls, Southern African Training. Setembro 2005.

## REFERÊNCIAS

---

**Elísio Macamo**, (PhD)

Professor Assistente de Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Bayreuth, Alemanha.

Contacto: Tel: +49 92 155 4117, e-mail: [elisio.macamo@uni-bayreuth.de](mailto:elisio.macamo@uni-bayreuth.de)

**Eduardo Costa Dias, (PhD)**

Professor de Sociologia e de Estudos Africanos, coordenador científico dos Programas de Mestrado e de Doutoramento em Estudos Africanos do ISCTE – Lisboa; e professor visitante no Institut d'Études Politiques (Sciences Po-Paris) e na Université de Laval, Canadá.

Contacto: Tel: +351 96 605 6808, e-mail: [costa.dias@iscte.pt](mailto:costa.dias@iscte.pt)